



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETÚBAL

Realizada em 26 de fevereiro de 2021

N.º 1/2021

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas quinze horas e vinte minutos, no Cinema Charlot – Auditório Municipal, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Pedro Acácio dos Santos Soares e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Manuel Baptista Dias, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Fernando Manuel Monteiro, este último em substituição do Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Maria da Graça Santos Andrade, Miguel Jorge de Sena Augusto, Rui Manuel Higinio José e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) tendo sido substituído pelo Vogal Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Henrique Pinto Gonçalves, não se verificou a sua presença pelo que ficaram prejudicadas as respetivas substituições.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Rúben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Vítor Rosa (BE) – Na Assembleia Municipal de 26 de junho de 2020, em relação à proposta da 4.ª Alteração Retificativa da Despesa do Plano de Atividades, no que referia à Feira de Sant'Iago questionei: *“Porque se mantinha no orçamento o valor de 1.100 mil euros na rubrica da Feira e se esse valor era relativamente ao evento que se pretendia fazer em outubro ou seria para apoio a todos os artistas e coletividades do nosso concelho?”*. Respondeu-me a senhora Presidente de Câmara: *“Mantinha-se o valor que estava na rubrica, porque vamos fazer aquela feira de Outono, que vai ser em outubro, por isso, não vamos descabimentar sem saber exatamente o número de artistas que vão estar. Os nossos artistas vão estar praticamente todos, porque já confirmaram e os que vinham de fora ainda nem todos confirmaram, por essa razão ainda não encerramos esta rubrica”*. Tal iniciativa não se realizou, pelo que perguntamos se foram feitos contratos com estes artistas e se em relação aos valores do contrato ficou pago pelo município pelo menos 50%, conforme estabelece a Lei n.º 19/2020?

Na primeira semana de janeiro deste ano ocorreram diversos atos de vandalismo no Campo Municipal do Forte da Bela Vista, portas arrombadas, danificação da instalação elétrica e vandalização do espaço do gabinete técnico. Constatámos que até à presente data apenas foram soldadas as portas por parte dos serviços municipais competentes, para a reposição das condições desse equipamento municipal, estando até agora a mesma situação de recuperação daquele espaço. Para além destes atos, também, há vedações deste campo que têm sido vandalizadas ao longo do tempo, as próprias redes de proteção por detrás das balizas necessitam de ser substituídas, tal o estado de degradação das mesmas, por isso perguntamos: porquê o abandono por parte do executivo deste equipamento?

Até porque temos conhecimento de que a Associação “Os Africanos” questionou o senhor Vereador Pedro Pina, que até ao momento ainda não obtiveram qualquer resposta sobre esta matéria.

Manuel Esteves (PS) – No sítio do Alto do Serrador está a ser colocada uma nova vedação, que faz parte da Herdade da Comenda. Tem sido constatado que essa vedação está a entrar na área da estrada em cerca de 2 metros em terminadas zonas. Todas as estradas nacionais têm uma berma de proteção que é de zona pública, no entanto esta nova vedação já colocou os candeeiros de iluminação pública e a sinalética da paragem dentro da propriedade. Pergunto se isto não é motivo para o município se preocupar, passar pela referida zona e tirar umas fotografias conforme eu tirei e que servirá para uma memória futura.

Sobre a área de requalificação de Azeitão há um grande monumento que vai privilegiar mais uma vez a nossa terra e do qual me congratulo, no entanto, perguntava se na área abrangida estará incluído um monumento antiquíssimo, que foi construído pelo Marquês de Pombal, que tem como nome o “Hospício”, que faz a mesma partilha com a área de logradouro do Palácio.

Carlos Batista (PS) – Ao abrigo da alínea n), do n.º 1, do artigo 18.º, do Regulamento desta Assembleia Municipal, entreguei a 14 de janeiro de 2019 ao senhor Presidente André Martins um requerimento dirigido ao executivo da Câmara Municipal, a solicitar informações sobre a evolução da recuperação da capela da Nossa Senhora da Piedade, sita no cemitério da Nossa

Senhora da Piedade. Como já passaram dois anos após a entrega do requerimento e como continua sem resposta ao mesmo, gostaria de saber do Executivo qual o motivo de tanto silêncio sobre este assunto. Será que as empresas que assinaram o contrato de 13 de outubro de 2010, já lá vão dez anos, deixaram de estar disponíveis para executar os referidos trabalhos de recuperação que constam no contrato, dada a diferença entre o valor estimado de 166 mil 692 euros e a estimativa real dos trabalhos a executar de 400 mil euros? Se assim foi, onde é que está o valor dos 166 mil euros? Gostava e continuo a aguardar informações sobre este assunto. Devo esclarecer que este assunto já vem do mandato anterior, como estamos praticamente no final do atual mandato, gostaria de saber informações sobre isto.

Durante este mandato mencionei uma construção na Rua Major Perestrelo da Conceição, junto à Avenida da Europa, que foi embargada e posteriormente o tribunal ordenou a sua demolição. O tempo passa, mas a construção continua teimosamente a dar uma má imagem naquele bairro. Para quando a sua demolição e reposição do traçado original da rua?
Sem grandes esperanças fico a aguardar essas respostas.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Gostaria de falar relativamente ao terminal de Várzea e dizer que, como utilizador de transportes públicos tenho que lamentar a inexistência de condições para os utentes. Com o encerramento do terminal rodoviário da Av. 5 de Outubro os setubalenses perderam qualidade e conforto nesta localização e solução encontrada. O equipamento é ainda suportado por uma via de acesso que não dispõem de características geométricas e estruturais, tendo em conta o volume de tráfego pesado e faz perigar a segurança rodoviária naquele troço da via. O PSD gostaria ainda de colocar relativamente a esta obra, as seguintes questões. A obra foi licenciada pela Câmara Municipal, visto tratar-se de uma obra particular?

Houve ou não pagamento de taxas de urbanização e de construção?

Se a haver isenção de taxas, sendo esta uma competência da Assembleia Municipal, se a Câmara Municipal trouxe aqui essa proposta?

Falando relativamente às barracas na zona nascente da cidade o PSD, por diversas vezes, apontou nesta Assembleia Municipal a problemática da ocupação ilegal de terrenos e construção de barracas na zona nascente da cidade e concelho e fê-lo manifestando a necessidade de por cobro àquela situação de indignidade em que se encontram as pessoas, devido à inexistência de condições mínimas de higiene, salubridade e habitabilidade e aos problemas que daí poderiam advir para a saúde pública devido também à existência de criação de animais sem qualquer controlo veterinário sanitário. Esta semana e devido ao lamentável incidente que ocorreu naquela zona da cidade, mais precisamente junto do Bairro do Forte da Bela Vista, denominado Bairro Azul, os holofotes noticiários focaram-se naquela zona, fazendo intervenções muito pouco abonatórias para a imagem do concelho de Setúbal. O arrastar de há muito desta situação indigna, não é compatível com um concelho do século 21. Apelamos, mais uma vez, para uma intervenção do município, mais célere possível, pois quanto mais tempo esta situação se arrastar, maior será a dificuldade em solucionar este problema.

Suzel Costa (PAN) – O PAN teve conhecimento de denúncias relativas a um preocupante episódio de poluição ocorrido em janeiro, com impacto potencialmente grave que ocorreu no Estuário do Sado, designadamente na Praia da Mitrena. A descarga de lamas cinzentas que chegou a invadir a paisagem, soterrando o sapal e a vegetação e as águas do Estuário do Sado que se podem tornar um lodo movediço escuro, o que poderia ser fatal para as espécies que ali

habitam. Nesta localização é de salientar que se inicia o território delimitado pela Convenção Internacional RAMSAR que visa proteger zonas de habitat de aves aquáticas. Estas lamas ameaçavam invadir os lençóis aquíferos que alimentam a vegetação da zona e colocar em causa todo este habitat. O PAN desconhece ainda a origem da fonte de poluição, mas existem indícios, de acordo com as denúncias a que tivemos acesso, que a situação poderia ter origem nas dragagens do terminal da Secil. Será que aproveitando o facto de termos de estar confinados em casa e, como tal não podemos estar tão vigilantes quanto ao que se passa em redor, alguém está a atentar contra o nosso estuário?

É do conhecimento do executivo este foco de poluição no Estuário do Sado?

Quais as medidas em curso para pôr término a este grave crime ambiental?

A próxima questão prende-se com a mudança do terminal dos autocarros, como aqui já foi falado, da estação da Avenida 5 de Outubro para a Várzea por um curto período de tempo, uma vez que se prevê que o terminal multimodal na Praça do Brasil fique pronto em abril. O que é que na antiga gare estava assim tão mal, que justificasse uma mudança para um local isolado e sem condições de abrigo condignas, de acordo com muitos passageiros?

O que é que vai acontecer à antiga gare para que não seja tão urgente deixá-la vaga?

Não queria deixar de salientar a existência de um estudo que aqui trago e que vou entregar (conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 13), o qual foi publicado em 19 de janeiro deste mesmo ano, que versava sobre a mortalidade prematura devido à poluição do ar nas cidades europeias e onde referia que Setúbal era a segunda cidade mais poluída do país.

Tem o município conhecimento desta realidade?

Já foi contactada a entidade responsável pela realização e execução dos planos de melhoria da qualidade do ar no sentido de incluir, pelo menos, a monitorização do material particulado inferior a 2,5 micrómetros e o benzeno, numa estação de monitorização da qualidade do ar em Setúbal?

No mesmo sentido, já foi contactada a CCDR no sentido de instalar a monitorização da qualidade do ar fixa suburbana industrial, que reflita a contribuição das fontes industriais do complexo industrial da Mitrena, deliberações já aprovadas nesta assembleia a 27 de fevereiro de 2020?

Domingos Semedo (PS) – Já foi aprovado e discutido em Assembleia Municipal o Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal, contudo alertamos mais uma vez para o estado das habitações no ato de entrega, sem condições habitacionais, que implicam a realização de obras profundas. De acordo com o artigo 2.º do Regulamento, refere que a finalidade do mesmo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida, no que diz respeito à habitação aos agregados familiares, com impedimentos de direitos de acesso e ou manutenção de uma habitação condigna e adequada no arrendamento urbano. Assim sendo, coloca-se o seguinte questionamento: Como se pode cumprir a finalidade, se os imóveis são entregues sem condições e a responsabilidade de os requalificar serem dos inquilinos?

Poderão responder-me, dizendo que os inquilinos ficarão isentos do pagamento das rendas durante um ano, o que é que isso representará em termos de valores monetários, cerca de 150€, 200€ ou 300€?

Nada disso chega para comprar janelas e portas novas. Nesse sentido, a bancada do Partido Socialista gostaria de questionar, se é feito um levantamento de todos os custos com as responsabilidades imputadas aos inquilinos, no que toca à requalificação dos imóveis, uma vez que temos conhecimento que os materiais para poderem fazer as obras não lhes são entregues?

O que falta, em termos de acompanhamento técnico do parque público municipal, para os imóveis chegarem a esta situação indigna?

Jerónimo Lopes (CDU) – Iria falar sobre a atualização relativamente àquilo que são as situações à volta da Herdade da Comenda. Procurar fazer o ponto da situação relativamente a um conjunto de ações, nomeadamente as iniciativas da Câmara com vista à expropriação de alguns locais, que também já tinham sido objeto de discussão e de recomendação por parte da Assembleia Municipal, mas mais um conjunto de questões que também existiam e outras que aparecem de novo e que se agudizam. A questão daquele muro que foi construído, apesar do embargo e que veda o acesso por parte da ribeira à praia, a questão do arame farpado ilegal que foi colocado a vedar caminhos, trilhos, etc., etc., bem como aquilo que já foi referido pelo senhor Deputado Manuel Esteves no que diz respeito àquela zona, mas que é mais global, caminhos municipais, estradas municipais e também na estrada nacional. Há um conjunto de ações no sentido de alargar as vedações que, nalguns casos estavam colocadas mais recuadas relativamente à estrada. Isto coloca dois tipos de questões, a questão do ponto de vista legal do espaço de reserva dos caminhos, não só a nível da estrada nacional, mas também de outro tipo de caminhos. Independentemente dessa questão, no que diz respeito aos caminhos e estradas municipais, coloca questões de segurança, como era o exemplo da Estrada das Oliveirinhas, que liga a Estrada Nacional à Comenda, que já é estreita e que nalguns casos, quer os carros para se cruzarem, quer os peões, quer os ciclistas para se defenderem, precisam de espaço que agora está nalguns locais a ser vedado. É necessário dar atenção a isto e defender o domínio público, onde se coloque a questão da reserva da passagem do direito de serventia, mas também medidas que se venham a colocar para garantir a segurança de quem faz serventia destes espaços.

b) Intervenção do Executivo

Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco – A questão das máscaras faz alguma diferença na dicção e na perceção das intervenções, por isso algumas intervenções não entendi o que estava a ser dito, pelo que peço desculpa se houve algum um entendimento distorcido.

Na intervenção do senhor Deputado Vítor Rosa, sobre a Bela Vista, pedia ao Vereador Pedro Pina que respondesse a essas questões, porque ele tem um acompanhamento direto desses assuntos.

O senhor Deputado Manuel Esteves questionou em relação à questão da Comenda e em relação à questão da área de intervenção do núcleo central de Azeitão sobre o “Hospício”. Aquilo que consta na proposta que iria ser discutido era o alargamento que constava no mapa que completava a propriedade onde incluía o Palácio existente, mas não tinha conhecimento que o “Hospício” estivesse incluído nessa área, no entanto posso verificar junto dos serviços qual é a situação, apesar de não conseguir localizar o “Hospício” referido pelo Deputado Manuel Esteves. A proposta que hoje iria ser votada era suficientemente explícita em relação ao completamento de uma propriedade que se encontra incluída no núcleo urbano de Azeitão, quanto ao “Hospício” não tenho conhecimento, como tal irei saber junto dos serviços se essa propriedade a que se refere estava contígua na área que agora vai ser colocada a apreciação.

Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Carlos Batista, relativamente à igreja do Cemitério da Piedade, posso-lhe informar que finalmente está em execução, vai levar cerca de dois meses para a sua conclusão. Tratava-se de um procedimento que estava incluído num



procedimento concursal de adjudicação da concessão do crematório do cemitério, e aquilo fazia parte das contrapartidas daquela concessão. A Igreja da Piedade vai ser recuperada no âmbito desse procedimento concursal, que foi o da instalação do crematório do cemitério lá de cima.

Quanto ao terminal da Várzea, questionado pelo senhor Deputado Pedro Vieitas, trata-se de uma instalação provisória, como é público e notório, do atual concessionário, que são os TST dos transportes públicos em Setúbal. Como sabem, os transportes públicos rodoviários foram sujeitos a um procedimento de concurso internacional que já terminou, que já teve a sua adjudicação. Na área da península de Setúbal, onde se enquadra Setúbal e outros municípios foram adjudicadas a outra empresa que não os TST. Os TST ganharam o concurso do lote Sudoeste, que abrange Almada, Seixal, Sesimbra, etc., o lote de Sudeste onde se integra Setúbal, Palmela, Moita, Montijo, Alcochete etc., foi ganho por outra empresa concorrente. Aquela construção é uma construção provisória e que vai servir aos TST, que são os atuais titulares da concessão até ao final do processo, que está previsto para finais de setembro. Provavelmente os novos concessionários tomarão posse das suas concessões e passarão a fazer o serviço com novos autocarros e esperamos que iniciem já com o novo terminal, que é a interface da Praça do Brasil, que se encontra junto ao terminal ferroviário já em perfeitas condições de execução. Trata-se de uma situação intermédia, mas que, no entanto, está enquadrada numa previsão de um estudo estratégico provisório. Os atuais concessionários desta exploração que são os TST abandonaram as instalações da Avenida 5 de Outubro e tudo isso estaria relacionado com as negociações entre os proprietários das instalações da Avenida 5 de outubro e os TST, por essa razão criou-se uma situação intermédia que são os terminais na Várzea, a situação definitiva, como todos sabemos será o interface que está na Praça do Brasil para fazer a ligação da estação rodoviária e que se encontra junto à estação ferroviária da Praça Brasil. Trata-se de uma situação provisória, que ficará como uma situação de apoio secundário aos terminais dos transportes urbanos, que posteriormente serão transferidos para a zona da estação na Praça do Brasil. Julgo que entre abril e maio aqueles pontos na Várzea serão apenas complementares de apoio à circulação urbana dos autocarros.

Quanto à questão de Setúbal ser a segunda cidade mais poluída, que foi colocada pela senhora Deputada Suzel Costa, na realidade todos sabiam que não era verdade. No entanto deixava esta questão para a senhora Vereadora Carla Guerreiro que tem o pelouro do Ambiente e Urbanismo para poder dar uma resposta condigna a esta tão indigna afirmação. Setúbal não é a segunda cidade mais poluída do país senhora Deputada Suzel Costa! A senhora está redondamente enganada ou então terá que nos provar essa situação, senão terá um longo caminho a percorrer! Solicito ao senhor Presidente da Mesa que possa dar a palavra ao senhor Vereador Pedro Pina e à senhora Vereadora Carla Guerreiro para responder em concreto às duas questões que foram colocadas, a questão da Bela Vista e questão da segunda cidade mais poluída.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Deputado Domingos Semedo no que se refere às condições das habitações, de referir que com um bom contributo do município de Setúbal na Área Metropolitana de Lisboa, transportou o problema da necessidade de reinvestimento na oferta de habitação condigna, com condições condignas de habitação a quem não tem condições para adquirir ou para arrendar uma habitação. Naquilo que atualmente se encontrava em discussão da definição do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, incluindo o investimento na habitação, que teve um bom contributo do município de Setúbal. Esse investimento vai permitir finalmente resolver a operacionalização e a concretização, daquilo que nas políticas de habitação deste Governo chamou de “1.º direito”, e

que até agora tinham de concretização zero ou quase zero, e só agora com estes fundos comunitários, naquilo a que o senhor Primeiro-Ministro chama de “bazuca”, será possível financiar uma segunda intervenção no pós 25 de Abril, para a recuperação e para a materialização de construção de habitação para as pessoas que não conseguem ter acesso a este direito fundamental que a Constituição consagra, o direito à habitação. Até ao dia um de março está em discussão pública o Plano de Reabilitação e Resiliência. Esperamos que essa situação das pessoas que não têm acesso, com a constituição de uma bolsa nacional, as condições de emergência de falta de habitação, quer pela degradação das habitações, quer por terem sido despejadas em virtude da atual lei do arrendamento, que permite o despejo quando as pessoas não acompanham, venha a permitir a tão esperada solução, a chamada bolsa nacional de habitação para as situações emergentes, que pela primeira vez, após o 25 de Abril, se está a criar uma solução daquele tipo. Isto seria o ponto da ordem prioritário na habitação e não seriam as questões de pormenor, relacionadas com as situações de menos condições, porque até agora, os municípios não tiveram condições de melhorar e de construir novas habitações para as situações de carência económica.

Vereadora Carla Guerreiro – A questão da qualidade do ar é uma das questões que nos deve preocupar a todos, tanto a nível municipal como a nível nacional, é uma questão que sabemos que muitas vezes não é tida em consideração, mas que tem muita influência na saúde das pessoas e nesse sentido em Setúbal, por via da CCDR, porque é da CCDR esta competência, temos três estações de medição da qualidade do ar, valores que podem ser consultados no site da CCDR. Das três estações, uma encontra-se no Quebedo, outra encontra-se na Escola dos Arcos e a outra na Escola da Camarinha. A que se encontra na Escola da Camarinha, neste momento está em manutenção, houve a necessidade de a Câmara fazer uma obra que a CCDR não pôde fazer e que estava relacionada com a ligações de ramais, atualmente encontra-se toda limpa e a CCDR irá fazer a atualização de todo o software para colocar novamente em funcionamento, mas isto não significa que tenhamos estado com a ausência de medição, porque a estação dos Arcos e do Quebedo estiveram sempre em funcionamento. No ano passado assinámos um protocolo com a CCDR, à semelhança de muitos outros municípios, no âmbito do projeto “*com alarme*” e criámos nas nossas estações uma série de painéis informativos sobre a importância da medição dos níveis e da qualidade do ar. Relativamente a este relatório e não sendo uma opinião minha, porque podia ser talvez duvidosa para alguns, irei ler um excerto de uma opinião de alguém que nesta área, normalmente não é suspeito e que se chama Francisco Ferreira, que é o líder da Associação Zero: “*Relativamente ao estudo considera que é injusto, que não foi bem analisado, porque até em relação a estudos que a CCDR tinha feito em 2019, o mais preocupante na área Metropolitana tem a ver com o centro de Lisboa, nomeadamente a Avenida da Liberdade e com as medições da estação da qualidade do ar da Chamusca. Setúbal, normalmente está dentro dos parâmetros considerados regulares. Não é possível concluir que Setúbal está assim tão mal como é descrito, relativamente a qualquer tipo de incumprimento quanto a estações de monitorização, coisa que não acontece noutros locais do país*”. Talvez o problema do estudo é que as nossas estações estão a funcionar como deve ser e que as outras estações noutros sítios, nem sequer dão dados e não há preocupação relativamente a essa matéria, de qualquer maneira, os nossos limites estão dentro daquilo que é o normal e quando acontece um problema relativamente à concentração do ozono ou do dióxido de azoto, a CCDR lança o alerta e nós fazemos repercutir nas nossas redes sociais para que as pessoas saibam que a qualidade do ar, nesse dia não está nos limites normais. É muito alarmista vir dizer que somos

a segunda cidade mais poluída do país, mas se formos verificar o histórico daquilo que são as medições das nossas estações, não é isso que é indicado, contudo, volto a dizer que este é um assunto de grande preocupação e que deve fazer parte das políticas quer ambientais, quer de saúde a nível do país.

Presidente da Mesa – Se me é permitido dizer alguma coisa sobre este assunto só para que fique como registo, é importante que as estações de monitorização da qualidade do ar em Setúbal ou noutra sítio qualquer tenham em conta outros elementos, designadamente partículas a que as estações não fazem esse controlo.

Vereador Pedro Pina – Numa resposta à questão que o senhor Deputado Vítor Rosa colocou: a informação que nos traz não corresponde à realidade, quer dizer que os serviços da Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente a Divisão de Desporto já fez uma intervenção no que diz respeito ao Forte da Bela Vista. Considerando a informação que foi disponibilizada pela Associação Cultural os Africanos, também a mesma não corresponde àquilo que é a realidade, nós já realizámos várias reuniões com esta associação, inclusive com vários dirigentes da mesma, significa que nada tem a ver com a informação que o senhor deputado aqui trouxe, nomeadamente outro tipo de pedidos. Já foram retirados materiais que estavam nos bancos de suplentes, já foram soldadas algumas das portas pela vandalização daquele espaço. Trata-se de um espaço que está a ser acompanhado por parte da Divisão do Desporto com a regularidade que se assiste, nomeadamente a atividade projetada para aquele mesmo espaço.

Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Pedro Vieitas, estou de acordo com o senhor deputado que aquela é uma situação que nos envergonha a todos, mas a todos nos responsabiliza a forma como queremos que as notícias e as circunstâncias que decorrem dessas notícias sejam tratadas. Estamos todos na condição de eleitos, quer como vereadores, quer como deputados da Assembleia Municipal e temos uma responsabilidade acrescida da forma como tratamos as matérias, como aquela que acontece na Quinta da Parvoíce. À questão concreta com que o senhor deputado nos dirige, se há entidade empenhada ao longo dos tempos sobre a resolução objetiva tem sido a Câmara Municipal de Setúbal. Nos últimos dois meses, semanalmente, o executivo municipal tem dirigido cartas ao Instituto de Reabilitação Urbana para saber o ponto de situação. Está autorizada da parte do IHRU toda a empreitada de desmatção e limpeza dos terrenos, que foi suspensa por responsabilidade do Governo, que não autorizou as intervenções, por suspensão no que diz respeito ao enquadramento do estado de emergência. A informação mais recente que temos, porque também fomos surpreendidos pela infelicidade e pela tragédia que ali decorreu, foi de imediato voltar a solicitar o ponto de situação, acompanhando as intervenções de fiscalização e de sinalização junto das forças de segurança e mais uma vez, pedimos a intervenção de quem de direito, uma vez que é responsabilidade do proprietário. Foi-nos dito que a intervenção iria decorrer nas próximas semanas, com a desmatção e limpeza dos respetivos espaços. Somos todos responsáveis pela forma como depois tratamos as notícias e somos todos responsáveis por não querermos mediatizar aquilo que por si só já não é condigno da vida das pessoas. Este é o apelo que aqui fazemos, dizer que somos todos parte interessada na resolução daquele problema e que a Câmara Municipal vai estar e continuará a estar empenhada, para que definitivamente aquele processo dos terrenos das hortas subjacentes à Quinta da Parvoíce e toda a zona envolvente seja resolvida. Esta é uma relação que nós temos mantido, quer com as forças de segurança, quer com o Instituto de Reabilitação Urbana, que

nos informou que a intervenção está dependente exclusivamente da autorização para poder fazer a desmatação e demolição das respetivas zonas clandestinas.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) –Tenho a seguinte dúvida. Provisório? Mas o contrato foi por oito anos? Não respondeu se a obra está, ou não, licenciada, também não respondeu relativamente às taxas de urbanização, nem à isenção, bem como às contrapartidas daquele negócio, porque vamos lá estar até ao fim do ano, fizeram um contrato por oito anos, as pessoas continuam a estar à chuva e ao sol, seja às intempéries e continuamos sem saber se existe ou não licença, se existe ou não taxas, se foram pagas ou se não foram pagas e se houve isenção.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – De imediato ponho à vossa apreciação a recomendação apresentada pela bancada do PAN com o título: *“Pela implementação do Programa Cheque Veterinário como programa de apoio de Saúde Preventiva de Animais de Companhia em risco de Detentores Residentes no Município de Setúbal”* (conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Recomendação

Pela implementação do Programa Cheque Veterinário como programa de apoio de Saúde Preventiva de Animais de Companhia em risco de Detentores Residentes no Município de Setúbal.

Considerando que:

Existem em Portugal 6,7 milhões de animais de estimação (as espécies animais mais populares são os cães e gatos, respetivamente 38% e 20%). E os animais de companhia estão presentes em 56% dos lares portugueses, ou seja, 2.151 milhões de lares possuem, pelo menos, um animal;

Os gastos associados aos cuidados médico-veterinários são bastante elevados face ao rendimento mensal médio da maioria das famílias, o que significa que pessoas sem rendimento ou com um rendimento baixo dificilmente terão capacidade económica para prestar os cuidados veterinários necessários aos seus animais de companhia. Sublinhe-se ainda o impacto da pandemia de Covid 19 na situação financeira dos agregados familiares a curto e longo prazo. Refira-se que a saúde dos animais é o fator que mais preocupa os tutores e as dificuldades financeiras são um dos principais motivos para os detentores de animais de companhia abandonarem os seus animais doentes e os herdados de familiares, por morte ou doença.

A entrada em vigor a 23 de setembro da Lei 27/2016 de 23 de agosto que, entre outras, estabelece a proibição de abate de animais errantes como forma de controlo da população, e perante a realidade traduzida nos números disponibilizados pela DGAV, urge que os Municípios implementem medidas eficazes de combate ao abandono e de promoção da esterilização e bem-estar animal, como formas determinantes para que seja possível Portugal aproximar-se da taxa de sucesso que alguns países já conseguiram alcançar na área da proteção e bem-estar animal e, consequentemente, na área da saúde pública.

Adicionalmente a esta nova Lei, existe a crescente sensibilidade por parte dos munícipes para o bem-estar animal, exigindo a intervenção da autarquia em situações de animais abandonados e errantes e no apoio a famílias carenciadas, nomeadamente através do auxílio com cuidados primários de saúde para estes animais de companhia.

No artigo 342.º da Lei N.º 75-B/2020, de 31 de Dezembro, o Governo autoriza a administração local a incluir nas verbas atribuídas aos centros de recolha oficial as despesas referentes a programas de bem-estar animal e medidas excecionais de combate aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, que assegurem, nomeadamente: a) O acesso a cuidados de bem-estar animal, designadamente alimentação e abrigo e o acesso gratuito ou a custo acessível a consultas e tratamentos médico-veterinários, entre outros, vacinação, desparasitação e esterilização, prestados a animais cujos detentores sejam pessoas em situação de insuficiência económica, em situação de sem-abrigo ou pessoas idosas com dificuldades de locomoção. E simultaneamente a mesma Lei promove uma campanha nacional contra o abandono animal e de promoção da adoção consciente (artigo 347.º).

*A Ordem dos Médicos Veterinários tem vindo a disponibilizar-se como entidade reguladora para implementar protocolos entre centros de atendimento médico-veterinários (CAMV) e autarquias, no âmbito das esterilizações ou outros atos médico-veterinários, sendo que em 2017 lançou um programa de aproximação entre as necessidades dos municípios e os médicos veterinários para salvaguarda de animais em risco, nomeadamente cães e gatos: o **Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário**.*

O Cheque Veterinário visa, entre outros, a prestação de cuidados de saúde primários gratuitos (nomeadamente no que se refere à vacinação, desparasitação e esterilização, bem como outros tratamentos e urgências 24 horas), através da atribuição de cheques veterinários emitidos pela autarquia a responsáveis por animais em risco, por esta identificados, para utilização nos CAMV aderentes à rede Cheque Veterinário, mediante protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Ordem dos Médicos Veterinários.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal:

A adesão e implementação do Programa Cheque Veterinário, através da celebração de um protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários e alocação de verba para o efeito, como programa de apoio de Saúde Preventiva de Animais de Companhia em risco de Detentores Residentes no Município de Setúbal e em concordância com as necessidades identificadas pelo município.”

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação do PAN, sobre a implementação de um programa de cheque veterinário, partimos de um ponto comum que é um determinado diagnóstico sobre a situação de um conjunto de famílias para os quais os gastos em cuidados médico-veterinários são perfeitamente impossíveis de comportar. Divergimos na questão da resolução e da forma de resolver este tipo de problemas. Em primeiro lugar, há uma questão básica que é a de elevação do rendimento mensal médio das famílias, como a própria recomendação fala.

Esta leitura de que a Administração Pública desata a passar cheques para um conjunto de coisas, é o cheque educação, é o cheque veterinário, este formato do cheque corresponde a uma lógica liberal do funcionamento da Administração Pública que beneficia os prestadores de serviços e em muitos casos não resolve o problema de fundo, porque muitas das vezes as despesas continuam a ser superiores ao valor do cheque que é atribuído. Isto coloca uma

questão de fundo, e aqui o PAN poderá também nos elucidar sobre a sua posição relativamente a esta matéria. Se é ter as Autarquias Locais a passar cheques médico-veterinários ou se querem um serviço público de medicina veterinária, provavelmente a contragosto da Ordem dos Veterinários e daqueles que desenvolvem a sua atividade privada, que o Estado garanta este conjunto de cuidados às pessoas que deles necessitem, para os seus animais de companhia. Com este sentido e com a ideia de que a própria recomendação também é escassa, no sentido de dizer a quem é que atribui, em que condições e em que critérios não acompanharemos esta proposta.

Suzel Costa (PAN) – Muito me estranha o senhor deputado querer que eu particularize ou que diga as formas, como é que este cheque iria ser aplicado. Retirei, porque me dizem em todas as sessões da assembleia, que peço por excesso, e que essa é uma função do executivo. Claro que sim, claro que o PAN é a favor do serviço público de medicina veterinária, como é a favor do serviço público de saúde e, não obstante existem cheques na saúde, como é o exemplo do cheque dentista, O que aqui está em causa é um cheque veterinário de um programa que já existe há muito tempo e que só agora o trago.

Porque será que só agora o trago? Numa altura particularmente difícil na vida dos setubalenses, na vida dos azeitonenses e na vida dos animais. Existem muitas pessoas que neste momento não conseguem assegurar os cuidados médicos veterinários básicos, que passam a vida a pedir às associações para salvar os seus animais, pelo menos para os levar ao veterinário, para os eutanasiar de uma forma humana, em vez de ficarem a sofrer em casa, e é isto que aqui está plasmado.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada, por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 18 da CDU e 1 de AC, 4 votos a favor, 1 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do PAN, e 13 abstenções, 9 do PS, 3 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Temos uma recomendação apresentada pela bancada do PAN: “*Pela disponibilização de veículo de emergência e socorro animal para animais de companhia e criação de uma linha SOS animal no site do município*” (conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Recomendação

Pela disponibilização de veículo de emergência e socorro animal para animais de companhia e criação de uma linha SOS animal no site do município

Considerando que:

É competência das câmaras municipais proceder à captura de cães e gatos errantes encontrados na via pública fazendo-os recolher ao canil ou gatil municipal, conforme previsto pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro.

No ponto 2 do artigo 7.º (Princípios gerais de proteção dos animais) do Regulamento de Saúde e Bem-estar Animal pode ler-se: “Os animais doentes, feridos ou em perigo devem ser socorridos”.

É frequente um munícipe deparar-se, por motivos diversos, com situações de cães e gatos atropelados ou feridos nos espaços públicos (representando também um perigo para a segurança rodoviária) ou em condições de saúde muito precárias, não sabendo como agir e com a concomitante falência de respostas em tempo útil na recolha e tratamento dos mesmos,

em particular quando o animal corre risco de vida, fora do horário de expediente do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do município (CROAC) e das associações de proteção animal e no período noturno.

Cada vez mais, os portugueses, e os setubalenses e azeitonenses não são exceção, têm vindo a exigir mais e melhores condições para os animais de companhia. Existe, e bem, um protocolo de articulação e cooperação entre o CROAC, as autoridades policiais e os Bombeiros Sapadores de Setúbal para que estes últimos efetuem o auxílio e socorro a animais feridos ou atropelados no período noturno e aos fins de semana, encaminhando o cão ou o gato para um dos hospitais veterinários parceiros do projeto. Porém, este é desconhecido da esmagadora maioria dos munícipes e não se encontra explícito no site do município, o que desmotiva amiúde a assistência aos animais sinistrados.

A criação de uma linha ou número SOS animal para ocorrências que envolvam animais errantes sinistrados ou doentes poderia diminuir o esforço dos munícipes na procura de uma entidade que possa recolher, transportar e assistir o animal sinistrado ou doente em tempo útil independentemente do dia e hora da ocorrência, fornecendo uma resposta célere na assistência a esses animais.

De momento, não existe qualquer veículo de emergência e socorro animal que permita a recolha e o transporte de animais 24h por dia em situações de emergência, designadamente sinistrados, apetrechada com equipamento de emergência veterinária, onde seja possível proporcionar o suporte básico de vida do animal até que este chegue ao CROAC ou aos hospitais parceiros do projeto.

Numa ótica de otimização de recursos, e tendo sido o dispositivo municipal de proteção e socorro aumentado com a aquisição de uma nova ambulância de tipo B/ABSC para o socorro de doentes que necessitem de suporte básico de vida durante o transporte, poderá passar a existir a disponibilidade de um veículo de emergência que não esteja em utilização ser afeto à emergência e socorro animal.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

- 1. Desenvolva as diligências necessárias para a disponibilização de um veículo de emergência e socorro animal para animais de companhia e a criação de uma linha SOS animal no site do município.”*

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação temos a ideia de que já hoje os serviços municipais por via do CROAC, da linha do Ambiente e da própria Companhia de Bombeiros Sapadores, prestam este conjunto de serviços que aqui vem colocado e exigido. Ainda que possamos a todo o momento exigir e recomendar a criação de melhores e mais condições para a prestação deste tipo de socorro, admitindo que do ponto de vista da comunicação se possa aprofundar linhas de informação à população, sobre a forma de se dirigirem a estas entidades. Para além destas ainda há o SEPNA, que também tem a competência de socorro a animais. Por esta razão não nos parece que esta recomendação tenha cabimento um conjunto de matérias que já hoje acontecem. É uma questão de afinação de melhoria, neste ou naquele aspeto, não se trata de colocar nada de novo. Relativamente à questão colocada na recomendação, de um veículo de emergência médico-veterinária para a linha SOS animal, assim como a exigência dos recursos humanos aptos para este serviço, também não acompanhamos.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 21 votos contra, 18 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, 5 votos a favor, 4 do PPD/PSD e 1 do PAN, e 10 abstenções, 9 do PS e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Agora temos um voto de pesar pelo falecimento de José Fernando Gonçalves, apresentado pela CDU (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Voto de Pesar

José Fernando Gonçalves

A Assembleia Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de José Fernando Gonçalves, homem desde sempre profundamente ligado à sua cidade, que amou e pela qual trabalhou sem descanso, quer como professor de educação física, quer como colaborador da autarquia nas áreas da cultura, do desporto e do turismo, matérias em que deixa vasto e qualificado legado que, neste momento doloroso, valorizamos e agradecemos.

José Fernando Gonçalves nasceu em Setúbal em 25 de fevereiro de 1954. Cedo se tornou professor de educação física, tendo terminado posteriormente a formação superior, em 1983, no Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa.

Foi professor em várias escolas do ensino básico e secundário do concelho e na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, mas também em diversos clubes e associações desportivas, o que lhe permitiu formar muitos atletas que se viriam a destacar. Deixou, além disso, em todos os que foram seus alunos, marca forte pelas relações de empatia que sempre foi capaz de estabelecer.

Em 1998 foi destacado para o Município de Setúbal, com o objetivo de dar assessoria técnica à construção, abertura e gestão da Piscina Municipal de Azeitão e Manteigadas. Mais tarde, acompanhou as atividades da Divisão de Desporto, da Pista de Atletismo e de desenvolvimento do Parque Urbano de Albarquel.

Em 2009 aceitou o desafio de estruturar o setor do turismo na autarquia setubalense, destacando-se a abertura da Casa da Baía como um dos mais importantes projetos em que se envolveu desde logo. Como Coordenador do Gabinete de Turismo, iniciou, no cumprimento dos objetivos traçados pelo executivo municipal, um caminho nunca percorrido com a criação de parcerias que permitiram promover externamente Setúbal e recuperar para a cidade e para o concelho o seu lugar de destino turístico de excelência.

Teve ativo papel na reabilitação das estruturas de apoio às praias do concelho na coordenação da Comissão Valpraias.

Desempenhou, desde 2018, funções de Diretor Geral da Associação da Baía de Setúbal e era, desde 2019, membro da Direção da Associação de Promoção e Turismo do Alentejo, com a missão de promoção conjunta da Baía de Setúbal.

José Fernando Gonçalves deixa-nos a memória e a marca do enorme amigo que foi, das relações fortes que estabeleceu com alunos, amigos e com todos os que com ele puderam trabalhar. Setúbal é hoje uma cidade mais atrativa, mais rica, mais apreciada também graças a ele.

À família enlutada, a Assembleia Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames.”

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Presidente da Mesa – Temos uma saudação apresentada pela CDU, “8 de Março – Dia Internacional da Mulher” (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Saudação

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de março assinala-se o Dia Internacional da Mulher, comemoração que representa uma justa homenagem à luta pela igualdade e que mobiliza as mulheres para lutar por melhores condições de vida e de trabalho, pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de opressão e exploração.

Respeitar os direitos das mulheres, fazer valer a igualdade, acabar com a discriminação e a desigualdade em todas as áreas, são condições de qualquer sociedade esclarecida e democrática.

O caminho de emancipação para as mulheres portuguesas que a Revolução de Abril trilhou, trouxe a efetivação de muitos direitos na lei que continuam por se concretizar na vida de todos os dias. Persistem as situações discriminatórias sobre as mulheres, ao nível do emprego, da educação, das reformas e pensões, da saúde, da participação social, da fruição cultural, aprofunda-se a violência contra as mulheres.

É necessária uma verdadeira política de igualdade, condição necessária para a efetivação dos direitos das mulheres, na lei e na vida, inseparável da justiça social. A transformação da sua condição social garante a participação em igualdade, valorizando as suas competências e saberes no plano profissional, social, político, cultural e desportivo.

Ganham as mulheres e ganha a sociedade portuguesa.

A Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 26 de fevereiro de 2021 delibera:

- 1. Saudar o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, como um dia de homenagem à luta pelos direitos das mulheres, em Portugal e no mundo;*
- 2. Saudar todas as mulheres que, neste dia, mas também em todos os outros, lutam por uma verdadeira política de igualdade, na afirmação das mulheres como força social, na promoção de valores como o respeito, igualdade e solidariedade, para as mulheres de todas as gerações;*
- 3. Remeter a presente Saudação para a Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias; Movimento Democrático de Mulheres; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.”*

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Temos agora uma moção apresentada pelo BE, “8 de Março – Dia Internacional da Mulher” (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Moção

8 de Março - Dia Internacional da Mulher

Considerando que:

- a) O dia 8 de Março, dia internacional das mulheres, é um dia de luta histórica para as mulheres em todo o mundo.*
- b) Depois de várias décadas de luta, as discriminações de género entre profissões, a dupla jornada de trabalho, com maior peso das tarefas domésticas sobre as mulheres,*

as desigualdades atravessadas pela pobreza, pelo racismo, pela diversidade funcional e pelos vários preconceitos que criam estigmas sobre quem é diferente ou não se encaixa na norma, persistem em todo o mundo.

- c) A pandemia veio acrescentar à crise sanitária uma profunda crise social e económica em que as mulheres estão a ser duplamente penalizadas, no seu papel de trabalhadoras e no papel de mãe;*
- d) A crise social e económica trouxe ao de cima o agravamento das condições das mulheres no trabalho, com o aumento da precariedade e perda de rendimentos, perda do seu contrato de trabalho, perda de salário em teletrabalho para poderem acompanhar os filhos em casa devido ao encerramento de creches e escolas, sobrecarregando a sua organização de trabalho e de assistência aos filhos e família;*
- e) Também neste quadro, com o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos e igualdade, da solidariedade;*
- f) A violência doméstica, a violência sexual contra as mulheres e os femicídios, com incidência elevada no nosso concelho, são manifestações extremas da opressão das mulheres, que mais 20 anos de políticas públicas não conseguiram debelar, encontram, neste caldo conservador, as condições propícias para florescerem.*

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em 26 de fevereiro de 2021, DELIBERA:

1 – Saudar o Dia Internacional da Mulher, a sua luta, bem como todas as conquistas das mulheres e dos movimentos feministas e expressar solidariedade com todas as mulheres que em Portugal e no mundo continuam a combater as desigualdades, a discriminação e a violência de que são alvo no seu dia-a-dia;

2 - Apelar à participação de todas e todos nas ações de comemoração deste dia, programadas no concelho de Setúbal;

3 – Apoiar todas as medidas que contribuam para a igualdade salarial para trabalho igual, independentemente do género;

4 – Reforçar a prevenção e combate à violência doméstica;

5 - Remeter este voto à Assembleia da República (Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias), à CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e às associações e movimentos envolvidos nas iniciativas comemorativas no concelho de Setúbal.”

Não havendo intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta com quatro abstenções do PPD/PSD.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) - Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Social Democrata absteve-se nesta moção, porque relativamente àquilo que são os considerandos para nós mistura entre o racismo, machismo, com conservadorismo e recrudescimento do conservadorismo e caldo conservador, tendo assistido ainda ontem a uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça que veio trazer a própria jurisprudência, igualdade entre o trabalho domiciliário entre as mulheres e os homens, quer-nos parecer que este caldo conservadorismo, que este recrudescimento do machismo não faz qualquer tipo de sentido, porque não é assim que nós vemos, vemos sim, cada vez mais e bem, a igualdade entre os direitos dos homens e das mulheres, como ficou ontem bem vertido, naquele acórdão do*

Supremo Tribunal de Justiça, que traz uma grande justiça àquilo que é a igualdade dos homens e das mulheres.”

Presidente da Mesa – Temos uma moção apresentada pelo PS “*Estacionamento tarifado em Setúbal*” (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Moção

Estacionamento tarifado em Setúbal

A tarifa criada para o estacionamento tem por objetivo regular o trânsito nas zonas urbanas de maior afluência e nas áreas de maior dinamismo comercial, bem como o propósito do ordenamento do território e a gestão do espaço público.

Esta matéria é uma das áreas estratégicas mais importantes da política local, cuja competência é exclusiva dos Municípios. O Executivo Municipal apresentou, em 2019, uma proposta para concessão, gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago à superfície na via pública na cidade de Setúbal.

O Partido Socialista manifestou-se favorável ao estacionamento tarifado desde a primeira hora. Foi assim nos anos 90, onde a tarifa criada permitiu uma maior rotatividade em zonas de maior afluência de trânsito, o que veio facilitar um maior dinamismo económico.

O crescimento da malha urbana justifica uma redefinição do ordenamento do território e da mobilidade, mas não justifica a dimensão da área a tarifar latente no mapa agora aprovado pelo Executivo da CDU.

O projeto de concessão e exploração do estacionamento tarifado para as próximas quatro décadas é injusto e incoerente. Desde logo pela longevidade da concessão. Uma concessão de 40 anos compromete, durante demasiado tempo, a gestão pública da malha urbana, impedindo alterações atempadas na organização do território, numa necessária resposta às naturais dinâmicas sociais.

É injusto, porque a atual maioria política de gestão Municipal impõe um significativo aumento dos encargos familiares, no preciso momento em que iremos atravessar a maior crise social do século decorrente da pandemia da Covid-19.

É incoerente, porque o regulamento aprovado extravasa, de forma grosseira, os objetivos da regulação do trânsito, tarifando cerca de meia cidade, entrando em zonas exclusivamente residenciais.

O Partido Socialista manifestou-se contra este projeto, mas ainda assim não deixou de propor melhorias significativas ao documento.

A possibilidade da criação de bolsas de estacionamento não tarifadas em zonas residenciais ou de pouco fluxo de trânsito, a criação de 20% de lugares exclusivos para residentes nas zonas Azul e Amarela, dísticos gratuitos para a primeira viatura dos residentes, redução do preço da tarifa em conformidade com os indicadores estatísticos da região. Infelizmente, todas estas propostas foram rejeitadas pela maioria CDU.

Passada a fase de apresentação da proposta pelo Executivo Municipal, debate, discussão pública e aprovação do documento, existem ainda matérias por clarificar.

O mapa colorido, apresentado no documento, sinaliza as áreas onde é aplicada a tarifa. No entanto, tem sido invocado publicamente pelo Executivo que nem todas as vias inseridas no mapa colorido serão abrangidas pela tarifa do novo regulamento sem, contudo, especificar quais.

Dando sequência aos objetivos da criação da tarifa para o estacionamento público, regulação do trânsito em áreas de maior pressão, este projeto terá impacto na economia local e na qualidade de vida dos cidadãos e no orçamento familiar em alguns pontos da cidade, principalmente se a tarifa incidir em zonas exclusivamente residenciais.

Compreende-se, então, que as áreas coloridas determinadas pelo Executivo Municipal não deverão ser tarifadas para além do absolutamente necessário, tendo em vista à regulação do trânsito e/ou o ordenamento do território.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 26 de fevereiro de 2021, propõe ao Executivo Municipal que seja assegurada a isenção de tarifa de estacionamento nas seguintes vias e áreas geográficas:

- *Zona amarela – Quinta Alves da Silva, Liceu, Vanicelos, Amoreiras, Urbisado, Bairro Santos Nicolau, Bairro da Conceição, Moinho do Frade, Quatro Caminhos, Fonte do Lavra, Praça de Portugal, Av. Jaime Cortesão, Av. Infante Dom Henrique e Av. Dom Manuel I.”*

João Luz (CDU) – Temos algumas dúvidas sobre este documento que nos é colocado à consideração, neste Período de Antes da Ordem do Dia. A primeira tem a ver com os considerandos, a leitura destes considerandos dá-nos nota que este é um documento do Partido Socialista, tendo um conjunto de afirmações sobre o Partido Socialista e os eleitos do Partido Socialista. Não sei se é expectável que a assembleia aprove um documento a falar em nome dos eleitos do Partido Socialista. Não me sinto confortável e admito que as outras bancadas também não o estejam. Da mesma forma que ficámos sem perceber que documento é este em termos formais.

Estamos a falar de uma proposta? Estamos a falar de uma recomendação?

Neste Período de Antes da Ordem do Dia ele vem encabeçado como uma moção, mas depois no final propõe, e esta figura da proposta não existe sem ser no Período da Ordem do Dia e, formalmente levanta-nos algumas questões.

Estamos a apreciar no Período de Antes da Ordem do Dia matéria que foi sujeita à apreciação e a votação por parte dos órgãos autárquicos, designadamente da Assembleia Municipal. Era este conjunto de dúvidas que gostava de ver debatidas e esclarecidas.

Manuel Fernandes (PS) – Percebo as dúvidas do senhor Deputado João Afonso Luz, mas este documento só podia ser do Partido Socialista, porque desde logo tem o símbolo do Partido Socialista. A tarifa que foi ampliada através do regulamento e do projeto que foi aprovado aqui nesta casa deixou algumas dúvidas e esta moção visa essencialmente clarificar essas dúvidas, a partir do momento em que a matéria deliberativa deixa de uma forma clara as zonas que não serão tarifadas, dentro daquilo que é a mancha de tarifa que foi sustentada através do regulamento. Infelizmente o próprio regulamento também não foi cumprido, porque o próprio regulamento visava entre outras, a criação de bolsas para residentes com dístico de residente e essas bolsas não foram criadas com dístico de residente, mas isso está patente no regulamento. Algumas clarificações eram necessárias serem feitas e esta moção visa essencialmente isso clarificar aquilo que, aliás, até pelo espaço público, nas redes sociais e na comunicação social, alguns membros do executivo e até mesmo a senhora Presidente têm feito valer algumas dúvidas. Para clarificar de uma vez por todas, esta moção visa essencialmente clarificar quer a parte técnica, quer a parte política.

João Luz (CDU) – Sei que tenho alguma dificuldade em me fazer entender, por essa razão peço a todos desculpas. Aquilo que eu coloquei prende-se com o seguinte, eu não sei se a Assembleia Municipal está em condições de aprovar um documento que diz: “*O Partido Socialista manifestou-se contra este projeto*”. Isto é uma declaração política do Partido Socialista que tem todo o direito em fazê-la, tem todo o direito de tomar a sua posição, no entanto pretende submeter à Assembleia Municipal um documento, que refere as tomadas de posições do Partido Socialista. Há qualquer coisa de estranho nisto!

Será que o PSD, que também se manifestou contra este projeto, vai aprovar uma moção na Assembleia Municipal a qual refere que o Partido Socialista se manifesta contra o projeto?

O que é que a Assembleia enquanto instituição tem a ver com isto?

Esta é a questão que é meramente de forma, não estou sequer a referir as questões de conteúdo. Existem algumas coisas sobre as quais tenho profundas dúvidas e que se encontram neste documento. Aquilo que considero é que este documento não está formalmente em condições de ser apreciado neste ponto.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Acompanho a parte das formalidades, por aquilo que foi dito pelo deputado que me antecedeu, porque ou este documento é uma recomendação, que era o que faria sentido o PS considerá-la como recomendação e aí sim fazia sentido, porque há uma intenção deliberativa mesmo que ela dependa da Câmara Municipal e depois da nossa aprovação caso essa proposta venha a apreciação do plenário da Assembleia.

Quanto aos considerandos, é verdade que não foi só o Partido Socialista que se manifestou contra o estacionamento tarifado, não foi só o PSD, foram muitas forças na cidade e foram outros partidos, muitos deles estão aqui representados, por isso também fazia o apelo a que fosse convolado em recomendação para poder ser votado com propriedade.

João Viegas (CDS-PP) – Em relação a esta esta moção, partilha daquilo que já foi dito pelo Deputado João Luz e pelo Deputado Paulo Calado, em relação à forma de apresentação. O Partido Socialista tem que definir se isto se trata de uma recomendação, uma moção ou que é que pretende que este documento seja. Transformando isto numa recomendação, em relação às áreas que estão definidas, o Partido Socialista coloca “*para além do absolutamente necessário*”. Pelo facto, gostaria de saber o que é “*o absolutamente necessário*”, porque “*o absolutamente necessário*” abre até aquilo que está definido no atual projeto, permitindo toda essa amplitude. Em relação àquilo que está definido também nas zonas amarelas, não sei se foi alguma reflexão que fizeram, porque quando falamos no Liceu, presumo que se esteja a referir ao Bairro do Liceu, e há aqui algumas zonas, que pelo crescimento tem tido parecer que não será assim muito favorável, teremos que fazer alguma reflexão se essas zonas poderão ou não serem zonas tarifadas.

Presidente da Mesa – A Mesa aceitou esta moção com algumas dúvidas, que já aqui foram levantadas, mas o que é um facto é que se trata de uma força política, que é o Partido Socialista que apresenta uma iniciativa, que designa uma moção e que tem uma parte deliberativa. Relativamente ao conteúdo do texto a Mesa não tem de se pronunciar, mas relativamente à parte deliberativa sim, na qual refere que o Partido Socialista propõe ao executivo, que seja assegurada a isenção de tarifas de estacionamento nas seguintes vias e áreas geográficas, e depois fala não dos arruamentos, mas das zonas. É um direito que assiste ao Partido Socialista de formular assim as suas propostas e não cabe à Mesa fazer juízos de valor sobre esta matéria. Achei muito interessante a forma como os senhores deputados e as

várias bancadas se pronunciaram a este propósito. Estamos sempre a aprender, é sempre tempo de melhorarmos a nossa intervenção e a forma como formulamos as nossas propostas na Assembleia Municipal ou noutro sítio qualquer.

Manuel Fernandes (PS) – O Partido Socialista está aqui para contribuir para as soluções e não para arranjar problemas. Se as bancadas têm alguma dificuldade em compreender qual o teor e o contexto e até o propósito da apresentação da moção, e se se reconhecem neste tipo de matéria mais numa recomendação do que numa moção, o Partido Socialista não tem dificuldade nenhuma em transformar uma moção numa recomendação e essa matéria ficará certamente resolvida. Quanto à matéria deliberativa é aquela e não é outra, porque esta é a proposta do Partido Socialista e da bancada do Partido Socialista, dando sequência àquilo que tem sido dito ao longo dos últimos anos, desde que esta matéria começou a ser discutida nos órgãos autárquicos, quer em reunião de Câmara, quer em sessão da Assembleia Municipal. Aquele contexto que aqui está, é o contexto que é a ótica do Partido Socialista, mas se as bancadas do PSD, da CDU, do CDS, do PAN ou do BE quiserem acrescentar algo mais àquilo que é a matéria não deliberativa, mas em matéria de considerandos, nós estamos perfeitamente abertos. Relativamente à matéria deliberativa essa é a proposta que está em cima da mesa e pedimos às bancadas para se pronunciarem, reiterando o facto de que se for necessário transformar uma moção numa recomendação, porque as bancadas se sentem mais confortáveis nesse propósito, nós transformaremos, na realidade o nos interessa é a matéria deliberativa e não outra.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Talvez o deputado do Partido Socialista não tenha entendido bem o que eu disse o que é um pouco irritante quando às vezes pretendemos explicar uma coisa e não nos fazemos entender. Se consultarem as atas, podem verificar que sempre que este ponto aqui veio, falei em nome do PSD, sempre sobre esta questão do estacionamento tarifado. Sabemos que estamos no ano em que estamos e no momento em que nos encontramos, que terá a ver com isso, por isso possa obnubilar um pouco as pessoas, ou isto é uma recomendação ou é uma declaração. Se for uma declaração podem fazer as declarações que quiserem, se pretenderem uma componente deliberativa, com a qual o PSD concorda, porque tudo o que possa ser menos tarifado o PSD concorda, no entanto, não podem ter estes considerandos: “*o Partido Socialista fez*”, “*Com o Partido Socialista aconteceu*” etc.. Este documento a ser aprovado teoricamente, porque sabemos que a CDU vai votar contra, se fosse aprovado noutra assembleia que não nesta, este documento era tomado por nós todos e passávamos a ser associados do Partido Socialista e não era isso que pretendiam, porque já bastava o tempo dos comunistas e dos outros democratas, e nós não queremos isso. Hoje é uma sessão que tem poucos pontos, por isso sugeria que se interrompesse dois ou três minutos para reformular o texto, senão isto não tem condições para ser votado da forma como está.

João Luz (CDU) - Para além das questões de forma, era bom perceber qual o valor deste conteúdo deliberativo, que na nossa opinião é nulo. Tendo em conta o tempo que dispomos, se não fosse pedir demasiado, seria útil questionar o executivo municipal, e nós daremos 2 ou 3 minutos do nosso tempo, para explicar que isto não corresponde à verdade.

Manuel Fernandes (PS) – O Partido Socialista aceita a proposta feita pelo senhor Deputado Paulo Calado, nomeadamente se for necessário alguns 2 ou 3 minutos para reformular parte dos considerandos. O Partido Socialista está disponível e já se percebeu que há bancadas com

disponibilidade para votar favoravelmente, desde que a parte dos considerandos sejam alterados, para acomodar todas as intenções de voto. O Partido Socialista está disponível e vai de encontro àquilo que foi a proposta do Senhor Deputado Paulo Calado.

Relativamente àquilo que é a intervenção do executivo não sei, porque isto é uma matéria que é debatida na Assembleia Municipal pelos deputados municipais, de uma moção que é proposta e o executivo não tem direito a voto. Aquilo que nós estamos a propor, é aquilo que vai ao encontro do que tem sido dito na opinião pública, aquilo que tem sido publicado por palavras e por afirmações de membros do próprio executivo. Aquilo que estamos a fazer é um conjunto de vontades que se concentra e nem todos estão a falar a mesma linguagem. O executivo já está com menos nove minutos, mas se quiserem intervir, o senhor Presidente, obviamente, fará essa avaliação, não será a bancada do Partido Socialista a fazê-lo.

Presidente da Mesa – Propunha que o PSD e o PS, porque foram as duas forças que se manifestaram, pudessem encontrar uma forma de alterar aquilo que consideram que deve ser alterado e por essa razão passaríamos à votação desta proposta mais à frente, no final deste Período de Antes da Ordem do Dia, e colocaríamos esta proposta a votação com as alterações que forem entendidas entre os dois grupos políticos.

Presidente da Mesa – Temos também um voto de condenação apresentado pelo PPD/PSD “Pela difusão de publicações de antissemitismo nas redes sociais” (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Voto de Condenação

Pela difusão de publicações de antissemitismo nas redes sociais

O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto é celebrado anualmente no dia 27 de janeiro, no aniversário da libertação do Campo de Concentração e Extermínio Nazi de Auschwitz-Birkenau, pelas tropas soviéticas em 27 de janeiro de 1945. Este dia foi proclamado como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto através da Resolução 60/7 adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1 de novembro de 2005.

Esta data tem dois objetivos, em primeiro lugar, presta-se homenagem à memória das vítimas do Holocausto e, em segundo lugar, relembra-se a necessidade de combater o antissemitismo, o racismo e quaisquer outras formas de intolerância que possam levar à violência.

A verdade é que continuamos a ser confrontados com declarações antissemitismo, em particular nas redes sociais, que alimentam um discurso de ódio direcionado, o que veementemente se repudia, dado ser uma das formas mais comuns de intolerância e de xenofobia no Mundo atual.

Como tem sido repetido em diversos fóruns internacionais “quando o inaceitável começa a ser aceite, transforma-se na ‘norma’ e há uma verdadeira ameaça aos Direitos Humanos”.

E, em sentido lato, o ódio vem prejudicar a coesão social, corroer valores partilhados e inclusive lançar as bases para a violência, fazendo retroceder a causa da paz, estabilidade, desenvolvimento sustentável e dignidade humana.

Neste sentido, as mesmas redes sociais que podem ser utilizadas como ferramenta de comunicação, de solidariedade e de entretenimento, têm sido um meio para a difusão de discursos de ódio com uma maior escala. Inclusive em Portugal, verifica-se a propagação de discursos antissemitismo, com insinuações graves contra o povo judeu.

Igualmente grave é a concordância de várias pessoas que sinalizam, partilham e contribuem para essa difusão. Aliás, tanto a Comunidade Israelita de Lisboa, como a do Porto, a Embaixada de Israel e outras individualidades têm-se insurgido contra.

É por isso particularmente preocupante a divulgação de mensagens nas redes sociais que reproduzindo estereótipos de ódio procuram instigar contra o povo judaico. Para mais, quando provêm de figuras públicas que, pelo seu passado, se considerariam insuspeitos no seu apego a valores democráticos.

De resto, ser defensor de abril é honrar os seus valores.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, vem desta forma repudiar o discurso do ódio e antissemitismo nas redes sociais, tratando-se de um ataque à tolerância, inclusão, diversidade e à própria essência das nossas normas e princípios de direitos humanos e reafirmar o compromisso de defesa da igualdade e da dignidade humana.

A ser aprovado o presente voto deverá ser enviado a:

- Embaixada de Israel em Lisboa;

- Associação Memoshó - Associação Memória e Ensino do Holocausto.”

João Luz (CDU) – A bancada da CDU acompanhará este voto de condenação, mas colocamos duas ou três interrogações e uma consideração. Porquê que só nas redes sociais esta condenação?

Se este voto decorre de alguma questão em concreto, de algumas afirmações em concreto ou de alguém em particular e se sim, porque é que não está identificado?

Relativamente a este voto de condenação ao antissemitismo, surge a pergunta se relativamente ao racismo e outras formas de intolerância do tipo “*vai para a tua terra*”, bem como as questões da homofobia, a questão cigana, saber se também condenam esse tipo de discriminação?

Não confundimos o antissemitismo com o antissionismo, onde muitos judeus se integram no combate pela causa palestiniana contra a ocupação israelita e a expansão dos colonatos e as violações das resoluções da ONU.

João Viegas (CDS-PP) – Como é óbvio vou acompanhar este voto de condenação, mas também devemos fazer uma reflexão além daquilo que aqui está dito e que já foi também colocada a questão “*se só nas redes sociais?*”, assim como também devemos condenar todas as manifestações de ódio, racismo, antissemitismo, sejam elas nas redes sociais ou não. Parece-me que atualmente estamos a ir um bocadinho mais além, quase que se sugere um “*lápiz azul*” nas redes sociais. Esse é um caminho muito perigoso, em que todos devemos refletir, porque esse caminho perigoso pode-nos levar a uma determinada política. Vivemos tempos em que há tendência para nos proibir de comer determinadas coisas, tendência para nos proibir de beber determinadas coisas e há um grupo de pessoas que atualmente parece que querem fazer-se donas da sua vontade. São caminhos que atualmente estão a ser percorridos, que considero serem bastante perigoso.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Para responder à interpelação do Deputado João Afonso, o PSD como um partido personalista condena qualquer tipo de ódio. Respondendo ao racismo, vamos apresentar o voto por uma pessoa negra, português da Guiné. Acho que está mais do que respondido à sua interpelação, por isso volto a dizer que somos um partido personalista, contra qualquer tipo de discurso de ódio.

Relativamente ao facto de ser nas redes sociais, porque nas redes sociais infelizmente hoje em dia é um discurso de ódio por onde maior se propaga.

Relativamente àquilo que foi a intervenção do Deputado João Viegas não conseguimos compreender, porque um “lápiz azul” em tudo aquilo que é o ódio ou tudo aquilo que são declarações que podem ser perante a Constituição e perante a lei portuguesa, num crime não há “lápiz azul”, mas sim a jurisprudência e são os tribunais que ditam. Relativamente a essa questão também não compreendemos nem podemos acompanhar aquilo que foi dito pelos nossos antecessores. Agradecemos e sabemos que vão votar a favor e é isso que interessa, é que não haja ódio seja ele qual for e foi por isso que trouxemos, a questão do antissemitismo.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de condenação aprovado por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Temos uma recomendação apresentada pela bancada do PPD/PSD sobre o edifício dos Belos (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Recomendação

O edifício dos Belos é um ícone desta cidade. Pisar aquele chão de mármore desnivelado, gasto pelos anos, e a memória dos nossos ardinhas que não passavam um dia sem estar à frente a vender jornais, cautelas, cromos, revistas. Quem não se lembra dos nossos pais a encostarem o carro e ver o ardina trazer o jornal? Impressionante como sabiam o que queria cada cliente!

Quem nunca passou por “dentro” dos Belos para ir para a “Escola Comercial”, para apanhar o autocarro para a faculdade em Lisboa, ou outros locais mais longínquos, ou para ir trabalhar, ou simplesmente como um ponto de encontro de amigos? Uma coisa é certa: era o local de partida da nossa cidade sadina, no regresso era a certeza de que tínhamos chegado à nossa terra.

Hoje, e após o encerramento do edifício dos Belos há cerca de um mês, não passa de um armazém fechado, frio, todo grafitado e à mercê de ser vandalizado. Mas continuaram as paragens na lateral do edifício, algumas com abrigo, outras sem abrigo.

Se estamos em confinamento, muitos de nós tem o privilégio de ficar em teletrabalho, mas muitos também existem que todos os dias têm que se deslocar para o trabalho. Hoje está um dia de sol, embora mais frio; mas e nos dias anteriores, como será que foi ter que apanhar os transportes à chuva e ao vento?

E quando o confinamento terminar e tivermos muitas mais centenas de pessoas a ter que utilizar os transportes nessas precárias circunstâncias? Como podemos deixar a nossa população exposta desta forma grosseira às intempéries, quando aquilo que é suposto a CMS fazer é promover o seu bem-estar e proporcionar-lhes condições dignas de mobilidade para ganharem o seu sustento?

A conclusão da estação intermodal está atrasada, e mais uma vez a Câmara Municipal de Setúbal colocou a carroça à “frente dos bois” e com isso não salvaguardou as gentes da nossa terra e não cumpriu com o que se tinha comprometido em timmigs de execução de uma obra pública que, diga-se em abono da verdade, nem sequer encerra uma complexidade tal que justifique esse atraso.

Em face deste enquadramento o PSD recomenda:

- 1. que a Câmara Municipal de Setúbal coloque uma plataforma de proteção que dignifique as pessoas que utilizam estes meios de transporte.*
- 2. que a Câmara Municipal de Setúbal coloque nessa mesma plataforma a data em que a estação intermodal entrará em funcionamento, assumindo desta forma objetivamente um compromisso com a população.”*

Carla Vilhena (PPD/PSD) – A recomendação realmente não tem nome, mas quem a lê rapidamente identifica que é sobre o edifício dos Belos. Como o senhor Vice-Presidente afirmou e daquilo que eu tenho conhecimento, uma parte ficou para os TST, outro para outra empresa, uns ficaram a apanhar o autocarro na zona da Várzea, mas outros ainda apanham o autocarro nas paragens laterais ao edifício dos Belos. Aquilo não tem condições algumas, as pessoas estão expostas ao frio, ao vento, à chuva e ao sol. Enquanto estivermos no confinamento ainda serão poucas pessoas, mas quando se desconfinar, aquele espaço terá muito mais pessoas que não terão a mínima dignidade. Peço que se crie uma plataforma para as pessoas se abrigarem. A Câmara deverá estabelecer um compromisso e definir uma data para com os setubalenses, para quando a utilização da estação modelar, um compromisso de quando terminam as obras. Esse compromisso não é para connosco, mas é para com os setubalenses.

Jerónimo Lopes (CDU) – Primeiro quero dar os parabéns ao Partido Social Democrata, porque imagino que foi um esforço enorme que fizeram para poder apresentar aqui este texto, uma vez que se percebe, quer desta, quer das outras, as dificuldades que têm relativamente à realidade do concelho, à atividade municipal e àquilo que se faz e que se vai fazendo e como é que se hão de posicionar.

Havendo aqui também um aspeto formal, não poderemos aprovar nesta Assembleia Municipal o que o PSD recomenda, embora julgue que esta recomendação poderia e deveria ser retirada e nem sequer enviada para a respetiva comissão.

Começo por dizer que não me lembro, nem mesmo quando a avenida tinha dois sentidos e nem depois de ter um sentido, o meu pai não pararia o carro de forma irregular pondo em risco a circulação de pessoas e veículos para comprar o jornal. Não vejo como se coloca numa moção uma loa a um comportamento que é irregular e que poria em risco as pessoas.

Ainda há aqui um outro aspeto que não foi tido em conta, para além daquilo que já foi aqui referido no que diz respeito ao escasso tempo, e tratando-se de uma medida provisória e que daqui a alguns meses terá um outro enquadramento, os utentes que utilizavam a Estação da Rodoviária Nacional dividem-se por três locais, não estão todos ali ao lado. Dividem-se pelo terminal da Várzea, ainda hoje de manhã apanhei lá a camioneta para Azeitão e estava a chover, felizmente não estava vento, e fiz o percurso a pé tranquilo, porque não moro muito longe, e não senti reações por parte dos utentes que a camioneta foi apanhando pelo caminho relativamente a essa situação. Uma boa parte dos utentes apanha agora a camioneta na paragem em frente à Escola Secundária Sebastião da Gama, que é o percurso que ela faz, nomeadamente para Cacilhas, para Lisboa, etc., não apanham junto à Estação da Rodoviária. Independentemente daquilo que me parece ser a vontade que todos temos para que os utentes deste e de outros serviços tenham as melhores condições e os abrigos existem e funcionam e não é verdade que a grande concentração se mantenha e, se calhar, tínhamos que fazer uma plataforma em frente à Escola Secundária Sebastião da Gama, porque uma boa parte dos utentes dos TST apanham aí os transportes.

Agora sejamos realistas, estamos a falar de intervenções para poucos meses e todos temos consciência disso, às vezes alguns eleitos, deputados municipais, uns que já foram vereadores e que fazem de conta que não existem, mas temos conhecimento das condições em que foi cedido aquele espaço e do tempo em que vai decorrer aquela utilização.

Creio que não faz nenhum sentido a manutenção desta recomendação desta forma e até mesmo baixar à comissão, não me parece que tenha muita lógica, mas os proponentes que decidam.

Vítor Ferreira (PS) – Não quero parecer queixinhas, mas inspirei-me naquilo que foram as chamadas de atenção de há pouco e era só para dizer que nesta recomendação, ao entrarmos na matéria deliberatória diz: “*Em face deste enquadramento, o PSD recomenda*”. Mesmo sem querer já fui queixinhas.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada e em minuta, com 19 votos contra, 18 da CDU e 1 de AC, 17 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Passamos agora a um voto de pesar apresentado pelo PPD/PSD “Pelo falecimento do Tenente-Coronel dos Comandos Marcelino da Mata” (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Voto de Pesar

Pelo falecimento do Tenente-Coronel dos Comandos Marcelino da Mata

No passado dia 11 de fevereiro faleceu, aos 80 anos, vítima de covid-19, o Tenente-Coronel Marcelino da Mata, o militar mais condecorado do Exército Português.

Combateu na antiga Guiné Portuguesa, entre os anos de 1961 e 1974, tendo participado em centenas de operações especiais de Comandos.

Nasceu a 7 de maio de 1940, em Ponte Nova, Guiné-Bissau. Foi acidentalmente incorporado no lugar do irmão no CIM-Bolama. Em 1960 ofereceu-se como voluntário após cumprir a primeira incorporação.

Integrou e foi fundador da tropa de operações especiais de Comandos na antiga Guiné Portuguesa, tendo realizado ainda operações no Senegal e na Guiné Conacri, tendo sido diversas vezes ferido em combate, algumas delas com elevada gravidade.

O Tenente-Coronel Marcelino da Mata combateu na Guiné entre 1961 e 1974, tendo obtido as seguintes condecorações:

- *Medalha Militar de 2.ª Classe da Cruz de Guerra (em 26 de julho de 1966);*
- *Medalha Militar de 1.ª Classe da Cruz de Guerra (em 9 de maio de 1967);*
- *Cavaleiro da Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (em 2 de julho de 1969);*
- *Medalha Militar de 1.ª Classe da Cruz de Guerra (em 21 de abril de 1971);*
- *Medalha Militar de 3.ª Classe da Cruz de Guerra (em 9 de junho de 1973);*
- *Medalha Militar de 1.ª Classe da Cruz de Guerra (em 22 de agosto de 1973).*

Marcelino da Mata um Herói de guerra, que sobreviveu aos riscos e perigos da mesma, não conseguiu sobreviver aos impactos desta terrível pandemia que o mundo atravessa.

A Assembleia Municipal de Setúbal vem assim manifestar o seu pesar perante a morte do Tenente-Coronel Marcelino da Mata endereçando à família, ao Regimento de Comandos e ao Exército Português as suas mais sentidas condolências perante um militar de valor que dignificou Portugal.”

Vítor Ferreira (PS) – O PS associa-se a este voto de pesar por respeito e homenagem, não apenas pela pessoa de Marcelino da Mata em particular, mas por todos aqueles que tendo já partido serviram Portugal, combatendo uma guerra injusta, não desejada e claramente prolongada por um regime caduco e incapaz de encontrar uma solução para um problema difícil.

Alguns combatentes por esse mundo e ao longo do tempo tornaram-se símbolos de diferentes regimes e este é também o caso de Marcelino da Mata. É justo que agora que faleceu não se faça dele um novo símbolo, deixando-o em paz e no seu lugar na história. O país tem hoje nas suas forças armadas exemplos e símbolos suficientes no seu cumprimento das diferentes missões que lhe foram atribuídas, nomeadamente no âmbito da ONU.

Afonso Luz (CDU) – Gostava de começar por referir, para que não fiquem dúvidas, que temos um imenso respeito pelos militares portugueses que combateram nas ex-colónias e em particular pelos que morreram em combate ou ficaram com deficiências para o resto da vida. Muitos deles, como sabemos, convencidos de que estavam a fazer o melhor para a sua pátria e também sabemos que, muitas vezes, o trabalho mais sujo era dado a companhias exclusivamente constituídas por africanos ou de origem africana.

O assunto que aqui nos é trazido é muito sério, porque se trata de um caso de manipulação de um desses militares. O militar Marcelino da Mata terá tido a coragem, sagacidade e todas as outras qualidades que muitos lhe têm reconhecido em combate e até, segundo alguns, teve estas qualidades para ir além do combate e protagonizado crimes de guerra.

É pena que não tenha aplicado essas qualidades para lutar pela paz e para não se deixar manipular durante toda a sua vida militar, tal como fizeram muitos outros militares, esses sim verdadeiros heróis, que contribuíram para que possamos estar hoje aqui a debater em liberdade.

Os mesmos que manipularam a sua vida, estão agora a manipular a sua morte.

Lamento que o PSD a eles se associe e nos traga aqui este voto. A CDU não alinha nesta manipulação e não pode por isso acompanhar este voto de pesar.

Vítor Rosa (BE) – Relativamente a este voto de pesar do PSD, o Bloco de Esquerda não se pode associar de forma alguma. Primeiro, ou isto já faz parte de algum acordo autárquico, porque este voto de pesar só por coincidência, tirando aqui algumas questões de pormenor, é exatamente o mesmo voto de pesar que o CDS apresentou na Assembleia Municipal do Seixal. Não sei se houve aqui alguma vergonha por parte do CDS e se isto já faz parte de outro acordo, mas enfim, vamos à questão de fundo.

Marcelino da Mata foi tudo isso, tive familiares meus que morreram na Guerra de Ultramar, mas isso não invalida que passemos aqui esponjas no que foi o colonialismo, não passemos aqui esponjas ou tentativa de branqueamento daquilo que foram os crimes de guerra e do que aconteceu em Ultramar e que foi a guerra imposta pelo regime fascista.

Aquilo que o PSD traz aqui, com a tentativa de branqueamento, através da morte de um soldado, não é digno e não é ético.

Lamento que o PS acompanhe este voto de pesar.



Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar rejeitado e em minuta em 22 votos contra, 18 da CDU, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e 14 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não podemos deixar de dizer que Marcelino - à semelhança de tantos outros que foram obrigados a ir para a guerra -, também foi uma vítima, de um regime colonialista que o usou para fazer os trabalhos mais sujos da guerra, espalhando o terror por entre o inimigo, não importando que se violassem leis da guerra ou as convenções assinadas por Portugal, nomeadamente a Convenção de Genebra. O ponto central - e que estes votos ignoram- é o da condenação de uma guerra sem sentido, à luz dos valores humanitários e da autodeterminação dos povos. Quanto ao lado mais sombrio do que foi cometido e que as medalhas e louvores não espelham, é a crueldade empregue nos métodos utilizados e os crimes que sob a égide de um bem maior foram cometidos. Se Marcelino da Mata deveria ter sido julgado por crimes de guerra ou contra a humanidade, também deveriam ter sido os comandantes que autorizaram e incentivaram esses crimes. Mas o Portugal de Abril entendeu, e bem, não entrar num processo de autoflagelação que apenas iria trazer dor e divisão, optando pela via pacífica, por tantos criticada, mas que contribuiu para tornar este país um dos destinos mais pacíficos do Mundo. E assim também se deveria ter procedido com Marcelino da Mata, deixando-o partir em paz. Este voto não tem outro propósito que não seja dividir consciências, pelo que não iremos entrar nesse jogo pretendido e, sendo o PAN, um partido pelo aperfeiçoamento da consciência e simultaneamente pela não violência, não votamos favoravelmente este voto de pesar.”*

Presidente da Mesa – Temos agora um voto de saudação apresentada pela bancada do PPD/PSD *“Pela Reeleição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa”* (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Voto de Saudação

Pela Reeleição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa

A última eleição para a Presidência da República, que se realizou no dia 24 de janeiro, é a prova provada da maturidade Política de 47 anos da nossa Democracia que se comemoram este ano.

Eleição absolutamente atípica, decorreu num dos períodos mais difíceis da história da Democracia Portuguesa (em plena Pandemia) e que nem por isso deixou de mobilizar responsabilmente os Portugueses a irem votar, demonstrando uma vez mais que sabem o que pretendem para o futuro, reconduzindo de forma inequívoca o atual Presidente da República – Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, num segundo mandato, que desde já felicitamos, continuando a ser um pilar mobilizador de cooperação e estabilidade, dentro das incertezas e dificuldades com que atualmente nos confrontamos.

Neste sentido, propõe-se que a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em Sessão Ordinária, delibere:

- 1. Saudar a reeleição do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República Portuguesa;*
- 2. Que o presente Voto de Saudação seja enviado à Casa Civil da Presidência da República.”*

Vítor Ferreira (PS) – Pedimos um esclarecimento, porque a determinado momento diz “*Demonstrando, uma vez mais, sabem o que pretendem para o futuro*”, e pergunto se estão os subscritores a referirem-se ao vencedor, ou à opção pelo vencedor, ou à participação dos cidadãos em geral na eleição.

João Luz (CDU) – Saudamos o ato democrático, os seus resultados, que são reconhecidos, no entanto, entendemos não acompanhar esta saudação por um motivo específico, é que nunca o fizemos em outros momentos anteriores, não saudamos o atual Primeiro Ministro pela sua indignação, não saudamos as maiorias na Assembleia da República que são eleitas, não saudamos outros Presidentes da República e não parece que faça sentido este louvor. Aliás votos de saudação e os votos em geral do PSD arriscamos um dia a começarem a acabar novamente a bem da nação, portanto não acompanhamos este voto.

João Viegas (CDS-PP) – Só quero dar nota de uma questão que não foi muitas vezes abordada, as Eleições para a Presidência da República realizaram-se num fim de semana e passados dois dias, em Portugal, tínhamos mais de 10.000 casos, mais de 291 óbitos e passado uma semana tínhamos mais de 11.218 casos, mais de 240 óbitos e tivemos mais de cerca de 60% de abstenção. Não sei se todos estes motivos são razão para saudarmos, é óbvio que aqui é saudar a reeleição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, percebo isso, mas estas eleições não decorreram da forma tão tranquila como nos querem fazer crer, com toda a sinceridade. Julguei que estávamos aqui há 47 anos atrás a festejar as primeiras eleições após revolução de Abril, fiquei com essa sensação, desculpem a provocação.

Na sequência destas eleições fechamos escolas, temos neste momento milhares de alunos sem aulas e muitas destas escolas foram reabertas para se poder fazer as eleições. Sem dúvida que estas eleições não foram, de todo, bem pensadas e não foram preparadas como deveriam ter sido, aliás, esta é uma das razões para que o líder do PSD esteja a pedir que se adie as eleições autárquicas, possivelmente reconhece que se poderia ter feito um pouco mais nessa altura.

Encontravam-se ausentes da sala a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves e a Sra. Deputada Municipal Suzel Costa do PAN.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de saudação rejeitado por maioria e em minuta, com 29 votos contra, 18 votos da CDU, 9 do PS e 2 do BE, uma abstenção do CDS-PP e 4 votos a favor do PPD/PSD.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – É um ponto de ordem à Mesa, não sei, mas estamos em democracia, Portugal está em democracia desde 25 de Abril de 1974.

Nasci em 1974 e, graças a Deus, vivi a democracia, tenho boas memórias e más memórias, mas é outra história.

Em Setúbal, quando estou numa Assembleia Municipal destas, não sei se estou num regime comunista ou num regime fascista.

Não intervenham! O executivo não é para intervir. Não podemos falar quando o Partido Comunista...

Estou a falar!

Presidente da Mesa – A senhora fez um pedido de esclarecimento e está a fazer uma declaração e não lhe autorizo.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Quando o Partido Socialista põe dúvidas sobre uma determinada moção, coloca questões em que o Presidente da Mesa não deixa os proponentes responder, vai-me perguntar se a lei é isso que manda. O Sr. Presidente da Mesa vai ter que explicar porquê.

Presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados não vou fazer muitos comentários, mas creio que ficou claro que o senhor Deputado Vítor Ferreira que levantou uma questão e outros deputados intervieram e por parte do PSD não houve nenhum pedido de intervenção sobre a questão que o Deputado Vítor Ferreira fez. Portanto está esclarecido o assunto e fica o assunto arrumado.

Temos agora que voltar à moção apresentada pelo PS “Estacionamento tarifado em Setúbal”, em que havia a intenção por parte do PS e do PSD em fazer algumas alterações para que ela pudesse ser posta à votação.

Solicitava a um dos proponentes que nos diga qual é o texto.

Manuel Fernandes (PS) – Todos têm a moção à sua frente, não vale a pena estar a ler tudo, dispenso.

Chegámos a acordo em anular o terceiro parágrafo, onde diz: “*O Partido Socialista manifestou favorável...*”, mais à frente, onde diz: “*O Partido Socialista manifestou-se contra este projeto...*” deverá dizer “*Os partidos da oposição manifestaram-se contra este projeto...*”. Referimos os partidos da oposição, porque a CDU não se manifestou, é só por esse motivo, é apenas para contextualizar a proposta, é apenas para dizer que foram os partidos da oposição que se manifestaram contra e não todos os partidos que se manifestaram contra, porque efetivamente não foram todos, ainda assim não deixaram de propor melhorias ao documento.

Isto são as alterações e depois na outra página, no último parágrafo, onde diz: “*Assim a Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 26 de fevereiro de 2021 propõe...*”, em vez de “*propõe*” deverá estar “*recomenda*”. Será recomenda, porque a moção foi transformada numa recomendação e até posso adiantar que, talvez, seja a recomendação mais consensual que alguma vez foi aqui apresentada, tendo em conta que acomodou a vontade de todas as pessoas que intervieram e das bancadas que entenderam intervir. Acomodou a proposta da CDU em transformar a moção numa recomendação, acomodou também as propostas do PSD, tendo em conta que as alterações feitas foram em comum acordo e vai de encontro daquilo que tem sido o discurso público do executivo, porque visa clarificar o que dizem quando não preveem tarifar toda a mancha colorida que aparece no mapa e aqui está especificamente dito quais as zonas dentro daquela mancha que não são tarifadas.

Julgo que mais consensual que isto é difícil, acomodou todas as vontades, incluindo até a do próprio executivo e está pronta para ser votada.

Suzel Costa (PAN) – Só sugerir que em vez dos partidos da oposição se refira à maioria dos partidos da oposição.

Presidente da Mesa – Há aqui uma questão que é importante a ser considerada, a Mesa aceitou esta moção e foi isso que foi posto à consideração dos senhores deputados e há um entendimento entre o proponente e outras bancadas que entenderam fazer alterações. Vamos votar a alteração da moção para recomendação e se estiverem de acordo, ao mesmo tempo

assumiremos, a não ser que não haja entendimento, as alterações que foram propostas. Para que a seguir possamos votar a recomendação.

As alterações feitas ao documento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados estamos agora em presença de uma recomendação e com um texto que já foi apresentado e agora os senhores deputados já poderão fazer as intervenções já com este texto aprovado.

Vítor Ferreira (PS) – O Grupo Municipal do Partido Socialista quer manifestar perante a Mesa e os senhores deputados um agradecimento pelo facto de terem facilitado estas alterações que permitiram que continuemos aqui a votar o documento que trouxemos.

João Luz (CDU) – Há pouco coloquei as questões relativas a esta proposta, agora recomendação, gostava de colocar as questões materiais, as questões de conteúdo por considerar que esta recomendação continua sem estar em condições de ser apreciada pela assembleia por falta de objeto.

Nesse sentido, reafirmava tendo em conta que os membros do executivo participam sem direito a voto, mas participam nesta sessão, o esclarecimento sobre se esta designada zona amarela será ou não isenta de tarifa de estacionamento, tendo em conta que aquilo que aqui se recomenda, na minha opinião, não tem cabimento.

A bancada da CDU disponibiliza o tempo necessário para que o executivo municipal possa esclarecer.

Vice-Presidente da Câmara – Só quero recordar que a Assembleia Municipal tomou deliberações sobre esta matéria quando aprovou o regulamento. A definição de zona amarela, das isenções, está no regulamento aprovado pela assembleia.

Não se trata de uma mera recomendação, trata-se de uma alteração ao regulamento aprovado em Assembleia Municipal.

Pedia ao Vereador Ricardo Oliveira, que tem estado a acompanhar o assunto, para esclarecer. Em todo o caso, admitindo que há uma confusão entre os mapas e o descritivo das ruas e das zonas que são sujeitas ao tarifário da zona amarela, o que está escrito pode não ser exatamente correspondente ao mapa que tem sido divulgado sobre os tarifamentos na zona amarela.

Recordo que a Assembleia Municipal tomou deliberações sobre o Regulamento de Estacionamento Tarifado, isto não é uma recomendação, a assembleia tomou deliberações, portanto se quiserem alterar a deliberação da assembleia é uma coisa, recomendar ao executivo é outra coisa que não tem cabimento agora.

Vereador Ricardo Oliveira – Gostava que os senhores deputados soubessem o que é que votam aqui na Assembleia Municipal. Era importante que soubessem.

Os senhores deputados votaram, em 2019, este documento que tenho aqui na minha mão que foi publicado no Aviso n.º 9300/2019 do Município de Setúbal e publicado no Diário da República 2.ª série, N.º 101 de 27 de maio de 2019 o Regulamento Municipal do Estacionamento Público Tarifado de Duração Limitada no Concelho de Setúbal, o qual foi votado e aprovado por esta Assembleia Municipal.

O anexo I deste documento refere “zonamento das zonas tarifadas previstas no artigo 8.º” e faz o descritivo das várias zonas.

Tenho pena que alguns partidos com assento nesta Assembleia Municipal apresentaram inclusivamente aqui uma recomendação, estejam a anunciar informar junto dos setubalenses que zonas que não estão incluídas no zonamento das zonas tarifadas previstas no artigo 8.º, sejam zonas que irão ser tarifadas. Uns estão a fazer uma recomendação ao município nesta moção, agora transformada em recomendação, não tarife zonas que não estão previstas ser tarifadas.

Era bom para a saúde do nosso município, era bom pelo bem-estar da democracia no nosso município até no período em que nos encontramos e de que nos aproximamos de um ato eleitoral que aqueles que participam e aqueles que votam saibam o que estão a fazer e em concreto o que estão a decidir.

Passaria a dizer que a Quinta Alves da Silva, toda a zona nascente do Bairro do Liceu, toda a zona poente do Bairro de Vanicelos, toda a zona poente e nascente do Bairro das Amoreiras, a Urbisado, o Bairro Santos Nicolau, o Bairro da Conceição, o Moinho do Frade, os Quatro Caminhos, Fonte do Lavra, Praça de Portugal, a avenida Jaime Cortesão, a avenida Infante D. Henrique, a avenida D. Manuel I, podem confirmar no anexo I, artigo 8.º, do Regulamento Municipal, no seu n.º 3, e que leva à leitura do anexo II. É importante ler os documentos, porque não incluem estas zonas como zonas tarifadas.

Era bom que a Assembleia Municipal soubesse o que é que está aqui a propor e seria bom, também, que naquilo que é a comunicação que todos temos o direito e dever de fazer com os munícipes, naquilo que é a profusão e a difusão das nossas propostas, das nossas ideias e dos nossos projetos para a nossa cidade, seja baseado exclusivamente na verdade, seja baseado exclusivamente nos factos e nas questões concretas e não no lançar de nuvens ou lançar receios e medos à população do nosso concelho.

Manuel Fernandes (PS) – Agradeço a intervenção do executivo, porque me permite dizer que o “*tautau*” que o senhor Vereador Ricardo Oliveira tentou mandar aqui para este lado, posso-lhe devolver dizendo que também convém ler os documentos que faz aprovar. O documento que fez aprovar, nomeadamente o regulamento que mencionou, diz que estão previstos criar bolsas gratuitas ou isentas de tarifa aos residentes e elas não constam no projeto que foi aprovado. Senhor Vereador, lamento imenso, mas é o próprio senhor Vereador e o seu executivo que não cumpriu com o regulamento que fez aprovar. Essa é uma dúvida que gostava de deixar aqui para que fosse esclarecida.

Por outro lado, gostava também de dizer que para além dos documentos que o senhor mencionou eu também tenho o outro documento que também foi aprovado que é o plano de arruamento do Caderno de Encargos, onde vem no artigo 1 mencionado o seguinte: “*Os planos de arruamentos constituirão os documentos de identificação pormenorizada de um objeto de conceção de estacionamento tarifado na via pública à superfície e servirão para atualização no inventário, bem como para a materialização das propostas apresentadas pela concessionária, sempre que as mesmas pressuponham a implementação de novos lugares, troca de existentes e qualquer outro tipo de modificações a efetuar.*”.

Senhor Vereador, também está previsto aquelas zonas que agora não estão contempladas na tarifa possam vir a estar desde que estejam dentro da mancha. É isto que está aqui a dizer, senhor Vereador.

Aquilo que está a dizer agora que não está, pode vir a estar.

Esta recomendação propõe efetivamente que fique clarificado que estas zonas, que agora não estão contempladas na tarifa, não voltem à discussão e que não venham a estar contempladas.

Elas podem estar contempladas se lermos no artigo 3 “*A falta de prenuncia do concedente no prazo referido no número anterior equivale à rejeição do plano proposto.*”.

O senhor enquanto Vereador pode aceitar a proposta da concessionária e se aceitar elas passam a estar contempladas no plano de arruamentos.

Presidente da Mesa – Já percebemos que quando trazemos documentos à assembleia ou à câmara que eles sejam mais esclarecedores das situações e do que efetivamente interessa à população do concelho.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 18 da CDU e 1 de AC, 16 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP, e uma abstenção do PAN.

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A bancada da CDU votou contra esta proposta para não atrapalhar o andamento dos trabalhos, porque entendemos que ela não tinha um objeto necessário e em condições para ser apreciado.*”

Em segundo lugar, porque entendemos que esta é uma matéria da competência exclusiva da Assembleia Municipal no seu poder regulamentar e que não deve ser sujeita a recomendações à Câmara Municipal que não tem competências sobre esta matéria.”

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Nesta Recomendação solicita-se a isenção da tarifa em zonas residenciais afastadas do centro da cidade ou que, pelas suas características toponímicas, apresentam dificuldades acrescidas para as pessoas com mobilidade reduzida ou dificuldade de locomoção. Sendo o espaço público limitado e finito mas das pessoas e para as pessoas, o PAN não é desfavorável ao estacionamento tarifado como forma de ordenamento do território e gestão dos espaços públicos na tentativa de devolver o espaço público aos munícipes.*”

Porém, não pode concordar desde logo, como já afirmou anteriormente, com o horizonte temporal do contrato de concessão: 40 anos. Hipotecando o futuro da geração vindoura. Acresce ainda que entendemos que as tarifas criadas para o estacionamento tarifado devem ser simultâneas a outras medidas, a alternativas fulcrais para a mobilidade suave, sustentável e partilhada e que ainda são deveras insuficientes na nossa cidade. Falamos de uma rede de transportes públicos mais abrangente, frequente e de maior qualidade, de sistemas de bicicletas partilhadas, de uma verdadeira rede pedonal e ciclável, por exemplo. Como tal, decidimo-nos pela abstenção.”

d) Projeto de ata n.º 7/2020, de 11/12/2020

Aprovada por unanimidade.

Ausentou-se da sala o senhor Deputado António Baptista Dias, deixando a informação de que não iria voltar por problemas pessoais.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Anual - 2020

Este documento está registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Suzel Costa (PAN) – Saliento que na página 129 deste relatório, algo que tenho vindo a dizer, verifica-se que mais uma vez houve um aumento na quantidade total dos resíduos produzidos e nas quantidades produzidas na generalidade das tipologias em 2020 relativamente a 2019, num total de 70 toneladas.

Continuamos a aumentar a produção de resíduos indo em contraciclo com as metas estabelecidas e a diretiva de resíduos. Neste campo os números não abonam nada a favor do município, a taxa de deposição dos resíduos urbanos em aterro, em termos percentuais, é omissa, será seguramente muito superior aos 10% que se exige até 2035 e o mesmo é válido para a taxa efetiva de reciclagem do município, porque continuamos sem os valores percentuais plasmados nestes relatórios, mas de certeza muito abaixo dos 55% que é exigido já em 2025.

A questão que se põe, que de modo recorrente tenho colocado em sede desta assembleia, é o que é que está a falhar em Setúbal no tratamento dos resíduos, porque é que não fazemos mais e melhor.

Por outro lado, na página 166 a 168, não posso deixar de referir algo que aqui está plasmado. A Lei n.º 27/2016 e a Portaria n.º 146/2017 ao definir o programa CEDE que obriga a que na altura da esterilização, para além da marcação com o corte na orelha, os animais sejam registados e identificados eletronicamente, através da colocação do microchip.

O que aqui está em causa, podemos observar no quadro, é que zero é o número de gatos microchipados em 2020. Não sei se foi alguma gralha ou o que é que está aqui a acontecer. O município não pode alegar escassez dos recursos económicos dado que não esgotou a verba atribuída no âmbito do Despacho 6615/2020 que encerrou a 30 de novembro de 2020 no montante total disponibilizado no país de 500 mil euros, 15 mil euros aqui para a Câmara.

Outra questão que surpreende é que os dados da DGAV que foram lançados em janeiro de 2021, contrariam os plasmados neste relatório. Na DGAV temos 44 gatos esterilizados, 42 cães, 75 gatas e 24 cadelas, num total de 185 animais e gastou-se apenas 5.285,00 euros, bastante inferior ao montante disponível de 15 mil euros.

Nos dados deste relatório, pelas minhas contas, temos 472 animais esterilizados e é isso que não compreendo.

Também não compreendo as quase 50 mortes de gatos ocorridas no CROAC e gostava que fosse explicado.

Tenho aqui, se a senhora Vereadora quiser, também, os dados retirados da DGAV e dizer que enquanto este município em 2019 estava na 6.ª posição no ranking dos municípios do país, o que muito nos agradava, sendo que antes já éramos conhecidos pelo município que tinha mais maus tratos a animais e passámos a ser o 6.º município que melhor cuidava agora deles. Essa posição, esse ranking vale o que vale, mas este município passou para a 27.ª posição.



Vereadora Carla Guerreiro – A Deputada Suzel chega à conclusão que houve alguma falha nos resíduos em Setúbal, é uma conclusão um bocado estranha tendo em conta que este é um município ganhador de duas candidaturas para a implementação dos orgânicos que visa exatamente desviar os resíduos de aterro e poder-lhes dar um fim diferente.

Como sabem, já em Azeitão começamos com a primeira fase da recolha de orgânicos e neste momento já entregámos a terceira candidatura para alargar este tipo de recolha.

Também é estranho vindo de um partido que tem feito de tudo para dar conta daquilo que é o serviço de resíduos no nosso país e conseguir, através do aumento da TGR, do brutal aumento da TGR, pôr em causa tudo aquilo que tem sido feito, do trabalho de anos e anos, para que esta situação se inverta.

Parece-me a mim que a questão de aumentar e engordar o fundo ambiental terá, provavelmente, outras motivações por parte do PAN. Mas é só o que eu acho, porque as pessoas vão passar a ter, também, uma opinião relativamente a isto quando os municípios e os sistemas forem obrigados a subir as suas tarifas brutalmente, porque é disto que se trata neste momento.

Quando tínhamos aqui uma compensação por deixarmos de pagar a TGR, pelo facto de estarmos comprometidos com a questão das metas, quando tentamos fazer, nós e os outros municípios também com os mesmos motivos, e vem uma lei injusta que vai prejudicar o sistema e que vai retirar a possibilidade de melhoria dos próprios sistemas. Vamos ver para quê, vamos ver em que é que esse dinheiro vai ser investido e se algum desse dinheiro terá retorno nos sistemas. É isto que está em causa.

Os resíduos tiveram um aumento que não foi substantivo, estávamos à ronda das 67, 68 toneladas e passámos para as 70, não é significativo.

É verdade que passamos muita coisa para o aterro que não devíamos passar, mas também é verdade que quando se privatizou a AMARSUL, liquidou-se o trabalho que era feito relativamente à questão da sensibilização ambiental e no investimento no sistema e hoje aquilo que se pensa é no lucro do sistema, neste caso como é que fazemos com que o sistema não dê prejuízo, portanto, corta-se, corta-se, corta-se. Estas é que são as verdadeiras questões relativamente a este problema dos resíduos que o PAN ajudou e chantageou e o PS foi na conversa e acabou por fazer.

Esta é que é a questão, mas pelos vistos há preços que têm que ser pagos para certas coisas.

Relativamente às questões da DGAV, os números que estão na DGAV são os números que são fornecidos pelo município. Pode haver aqui alguma questão relacionada com alguma gralha no relatório, não sei e vou apurar, mas os números que a DGAV tem são os números que fornecemos, não é mais ninguém.

Do ranking não sei, nunca nos chegou nenhum ranking da DGAV, espero que não tenhamos nós próprios contribuído para esse ranking, o que acho que é lamentável, mas também vou averiguar.

Quanto aos valores e aos montantes, em tempo de pandemia foi suspenso a atribuição do apoio da DGAV. Lamentavelmente o despacho só tem efeitos em março, de março a novembro, entre dezembro e fevereiro não se podem fazer esterilizações, é claro que continuámos a fazer. Estamos a falar dos valores que são elegíveis para as candidaturas e lamentavelmente o valor, quando nós o apresentámos, ainda veio cortado. A DGAV mandou-nos o valor cortado e ainda se enganou e enviou-nos a transferência que era para a Câmara Municipal de Matosinhos. Alguma coisa aqui que não está a funcionar bem.

No que diz respeito à questão dos chips, foi um conselho dos nossos veterinários, porque não fazia muito sentido estarmos a chipar todos os animais e aquilo que nos interessava realmente era contribuir para o Programa CEDE e é isso que temos vindo a fazer.
Julgo ter esclarecido.

2. Proposta de Recomendação do PAN

Jerónimo Lopes (CDU) – Embora haja uma pequena alteração relativamente aquilo que esteve aqui presente na última Assembleia Municipal, chamava aqui um pouco a repetição da intervenção que fiz nessa sessão.

Creio que existem no município duas publicações, o Jornal das Deliberações e o Boletim Municipal relativo à atividade do município. Não há aqui nenhuma fusão que resulte num jornal municipal.

Temos muito objetivamente o Jornal das Deliberações, que contempla as deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, ou seja, dos órgãos municipais, e um boletim que é um instrumento de comunicação daquilo que é a atividade municipal, não é um órgão de comunicação social.

O que me parece é que, em abstrato, pode ser discutível se o município deve reformular os seus instrumentos de comunicação e incluir um espaço de opinião e que reflexo é que isso depois terá nos instrumentos que existem. Os dois instrumentos que existem não é nenhum dos que são aqui referidos, é um Jornal das Deliberações Oficial que coloca o conjunto que em abstrato pode ser discutível e em concreto o que esta recomendação continua a trazer não tem razão de ser.

Creio que a origem até merece ser aprofundada, porque existem muitas, muitas questões a terem em consideração numa eventual reformulação.

Como é que um instrumento com estas condições, também de espaço de opinião pode ser instrumentalizado pela força em exercício para, em vez de objetivar comunicação com os municípios, fazer dele veículo das suas posições e não é isso que acontece com nenhum dos instrumentos.

Julgo que ela continua sem estar em condições de ser aprovada por esta assembleia.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta rejeitada por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 18 da CDU e 1 de AC, e 16 votos a favor, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

3. Deliberação n.º 57/21 – Proposta n.º 08/2021 – DAF – Covid 19 – Moratória dos Empréstimos

Primeiro Secretário da Mesa – A Comissão Permanente emitiu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, uma abstenção do CDS-PP e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

João Viegas (CDS-PP) – Na Comissão Permanente tive a oportunidade de me abster em relação a esta proposta, fiquei a aguardar alguns dos esclarecimentos e que seria enviado um quadro que refletisse o que é que representou nas contas do município, quer as isenções e reduções durante o ano de 2020, como também e eventualmente aquelas que se perspetivam em 2021. Esses dados não os recebemos e eram importantes para se perceber porque é que se vai então fazer esta moratória.

O que se perspetiva e os argumentos que são utilizados têm a ver com a redução e isenção de taxas e rendas, quer no ano passado, quer também aquelas que se estão a verificar este ano, e vamos empurrar esta despesa para os anos 2022 a 2024.

Também devia de existir aqui uma reflexão, porque não me parece que em 2022 e 2023 que a situação financeira de muitas das empresas (empresas e não só, mas principalmente empresas), que agora são beneficiárias destas reduções e isenções de taxas, provavelmente em 2022 vão ter que continuar a verificar-se.

Ao contrário daquilo que aconteceu no ano passado é que assim que houve uma abertura ou alguma abertura do comércio as taxas ou uma parte delas foram novamente implementadas. Como se percebe, e todos percebemos que, neste momento, as empresas ligadas principalmente à área da restauração que pagam as taxas de esplanadas, etc., não vão estar em condições de em 2022 suportar essas despesas.

Não estão à espera que o município, ao contrário do que tem acontecido com outros, que possa auxiliar algumas dessas empresas e, portanto, será por esta via da manutenção de redução de taxas e desta isenção.

Atirar esta despesa para os anos seguintes também não me parece que seja a melhor solução, porque se este ano não vamos ter condições, provavelmente nos anos seguintes será exatamente a mesma coisa.

Deixem-me dizer que esta moratória, perante a situação em que muitos portugueses que assinaram moratórias e que estão na iminência de fazer face a despesas sem que se perceba muito bem como é que isso se vai concretizar, depois é cedido esta possibilidade de uma moratória ao longo deste ano todo, muito sinceramente julgo que é uma péssima imagem que o próprio Estado está a dar e que acaba até por ser uma imoralidade para todos esses portugueses que passam dificuldades.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 18 da CDU, 8 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 de AC, e 2 votos contra, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *Há apenas 2 meses, em plena vaga pandémica e quando era do conhecimento geral que mais vagas existiriam, o executivo apresentou um Orçamento Municipal que previa o aumento da receita para este ano.*

Nesse orçamento, a dotação para despesas associadas ao combate à pandemia e outras despesas inadiáveis ao apoio social e às famílias para responder às provações da crise económica e social subsequente à crise sanitária da Covid-19 era manifestamente insuficiente: 0,7%. Segundo o município, tal devia-se ao cumprimento das regras do equilíbrio orçamental, quando a tal não era obrigado devido ao regime de exceção da Covid. Agora, sem apresentar valores referentes a perda de receita e/ou aumento da despesa, o executivo apresenta esta proposta de moratória, que nos indica que o município não terá liquidez suficiente para pagar a prestação anual do contrato de reequilíbrio financeiro. A

consequência será o agravamento do valor das prestações a pagar até 2024, de 255.342,98€ para 344.695,12€.

A sustentabilidade das contas públicas é algo que nos preocupa e que vai além de índices meramente económicos. Esta decisão poderia ser aceitável se, em simultâneo, o executivo não estivesse a gastar um valor similar ao da prestação anual do contrato de equilíbrio financeiro num projeto como a Praça Rio, que além de enfermar de vários vícios, não acrescenta valor à vida dos munícipes num universo temporal próximo.

Em ano de eleições autárquicas, esta é uma opção política que apenas passa para o executivo seguinte um compromisso que pertencia ao atual, nessa lógica lamentavelmente comum de deixar os encargos para quem vier a seguir. Como tal, não votámos favoravelmente esta proposta.”

4. Deliberação n.º 33/21 – Proposta n.º 02/2021 – DURB/GAPRU – Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana Setúbal

Primeiro Secretário da Mesa – A Comissão Permanente emitiu parecer favorável por maioria, com 8 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do CDS-PP, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

Suzel Costa (PAN) – A proposta hoje aqui apresentada para discussão e aprovação consubstancia a intenção do Município de delimitar uma Área de Reabilitação Urbana na zona envolvente da Praça de Touros Carlos Relvas. Sabemos que a definição de áreas de reabilitação urbana (ARU) e das subsequentes operações de reabilitação (ORU) apresentam efeitos impactantes na organização, nos modos de vida e no desenvolvimento sustentável do município.

Sabemos que os efeitos desta intervenção são potencialmente mais positivos do que negativos, e por esse motivo saudamo-la. Porém, há um ponto nesta proposta com o qual o PAN nunca pode concordar: o facto de ela permitir o financiamento indireto de uma atividade anacrónica, arcaica e cruel como a tauromaquia.

Em 2009, a tauromaquia estava moribunda no concelho, fruto da incapacidade de se autossustentar, mas em 2010 o município decidiu financiá-la, através de um apoio de 120 mil euros para a recuperação da praça de touros, dividido ao longo de seis anos. Findo esse apoio, e porque as touradas continuavam a não se sustentar sozinhas, o município adquiriu a praça por mais de 1 milhão de euros para a reabilitar, disfarçada de pavilhão cultural multiusos, onde, contrariando o espírito dos tempos e dos saberes, a tauromaquia continuará a estar presente.

Não fosse este “detalhe” relativo à manutenção naquele espaço dessa atividade falsamente cultural – pois a tortura, seja de humanos ou de animais, nunca pode ser vista como cultura –, nada teríamos contra esta alteração que poderá permitir a recuperação do edifício da antiga praça de touros e da sua área envolvente com acesso a fundos comunitários.

Para o PAN, é inaceitável que Setúbal insista em financiar uma atividade fraturante, contestada, onde se mata e inflige sofrimento e se humilha os animais para fins de entretenimento, que a maioria dos munícipes rejeita, que contradiz a legislação europeia e, como a Sra. Presidente da Câmara reconhece, tem pouca expressão no concelho.

Todavia, insiste ainda em defender a “tradição”.

Senhora Presidente, se as tradições, os usos e costumes continuassem a ser os do século XIX, se não evoluíssem, nem a senhora hoje seria a nossa Presidente nem eu estaria aqui, porque era tradição que o nosso papel social de género se restringisse ao lar, e não nos permitiria candidatar a um órgão autárquico e nem sequer votar.

Assim, e porque com a ARU se abre a possibilidade de um financiamento público indireto à atividade tauromáquica, a nossa posição não podia ser diferente da que apresentamos e por isso vamos votar contra esta proposta.

Vice-Presidente da Câmara – Gostava de prestar alguns esclarecimentos sobre este ponto.

Senhores deputados, em especial a Sra. Deputada Suzel Costa, atavismo e preconceito não podem conduzir à ação política.

Estamos a deliberar sobre o alargamento, uma expansão da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Setúbal que abrange aquilo que tem sido, até ao momento, uma Praça de Touros que, como é do conhecimento geral dos senhores deputados, tem uma previsão de reabilitação, remodelação, modernização e ampliação das suas finalidades. Mas a etiqueta Praça de Touros não pode ser bloqueadora da decisão de uma expansão da Área de Reabilitação Urbana que aqui é proposta. Não é por causa da Praça de Touros que se define a Área de Reabilitação Urbana, mas porque está lá e ela justifica-se.

As questões que estão na base das opções pessoais ou políticas de uma determinada atividade não podem condicionar a gestão da cidade e a perspetivação do desenvolvimento futuro do urbanismo deste território.

Não tomamos decisões, não propomos à assembleia deliberações em função da questão particular da Praça de Touros, mas porque é necessário ampliar a intervenção da Área de Reabilitação Urbana da cidade de Setúbal.

Aquilo que tem sido a função da Praça de Touros será relativamente ao futuro muitíssimo mais reduzido se a requalificarmos, também com o contributo desta ampliação da área da requalificação e da reabilitação urbana de Setúbal.

Se o PAN não compreende, paciência. Julgo que a assembleia compreenderá que é necessário que esta ampliação da Área de Reabilitação seja feita abrangendo agora a zona proposta que está aqui em discussão e apreciação pela assembleia.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 18 da CDU, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A proposta hoje aqui apresentada para discussão e aprovação consubstancia a intenção do Município de delimitar uma Área de Reabilitação Urbana na zona envolvente da Praça de Touros Carlos Relvas. Sabemos que a definição de áreas de reabilitação urbana (ARU) e das subsequentes operações de reabilitação (ORU) apresentam efeitos impactantes na organização, nos modos de vida e no desenvolvimento sustentável do município.*

Sabemos que os efeitos desta intervenção são potencialmente mais positivos do que negativos, e por esse motivo saudamo-la. Porém, há um ponto nesta proposta com o qual o PAN não pode concordar: o facto de ela permitir o financiamento indireto de uma atividade anacrónica, arcaica e cruel como a tauromaquia.

Em 2009, a tauromaquia estava moribunda no concelho, fruto da incapacidade de se autossustentar, mas em 2010 o município decidiu financiá-la, através de um apoio de 120 mil euros para a recuperação da praça de touros, dividido ao longo de seis anos. Findo esse apoio, e porque as touradas continuavam a não se sustentar sozinhas, o município adquiriu a praça por mais de 1 milhão de euros para a reabilitar, disfarçada de pavilhão cultural multiusos, onde, contrariando o espírito dos tempos, a tauromaquia continuará a estar presente.

Não fosse este “detalhe” relativo à manutenção naquele espaço dessa atividade falsamente cultural – pois a tortura, seja de humanos ou de animais, nunca pode ser vista como cultura -, nada teríamos contra esta alteração que poderá permitir a recuperação do edifício da antiga praça de touros e da sua área envolvente com acesso a fundos comunitários.

Sabemos que o que aqui está em votação é a delimitação da ARU e não a reabilitação da praça de touros Carlos Relvas mas também é do conhecimento de todos que o facto de o PDM ter sido objeto de revisão recentemente e nada se ter alterado nessa área, esta intenção surge posteriormente à intenção de reabilitação da praça de touros, por isso, mais que um trabalho sério de classificação do solo e planos, esta proposta da ARU remete para um interesse próprio da CMS.

Para o PAN, é inaceitável que Setúbal insista em financiar uma atividade fraturante, contestada, onde se mata e inflige sofrimento e se humilha os animais para fins de entretenimento, que a maioria dos municípios rejeita, que contradiz a legislação europeia e, como a Sra. Presidente da Câmara reconhece, tem pouca expressão no concelho.

Todavia, insiste em defender a “tradição”... Sra. Presidente, se as tradições, os usos e costumes continuassem a ser os do século XIX, se não evoluíssem, nem a senhora hoje seria a nossa presidente nem eu estaria aqui, porque era tradição que o nosso papel social de género se restringisse ao lar, e não nos permitia candidatar a um órgão autárquico e nem sequer votar!

Assim, e porque com a ARU se abre a possibilidade de um financiamento público indireto à atividade tauromáquica, a nossa posição não podia ser diferente da que apresentamos: não votamos favoravelmente esta proposta.”

5. Deliberação n.º 34/21 – Proposta n.º 03/2021 – DURB/GAPRU – Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana Azeitão

Primeiro Secretário da Mesa – A Comissão Permanente emitiu parecer favorável por maioria, com 8 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

Vítor Rosa (BE) – Só para um pedido de esclarecimento relativamente a esta proposta, onde fala num cenário de um futuro empreendimento turístico que ganha lugar e fala no desenvolvimento de estudos e projetos e gostaria de saber se por parte da câmara ou do município haverá custos associados a esta alteração em relação a este tipo de empreendimento que se prevê relativamente a esta situação.

Manuel Esteves (PS) – Já falei nesta questão anteriormente, suponho eu, porque não está bem explicado, que no mapa que vem anexo não está especificamente inserido, mas quero dizer que aquele hospício que lá está, um edifício muito antigo que foi feito no tempo do Marquês de Pombal e que carecia, também, de uma outra oportunidade, se não esta, para ser classificado como merecido.

Vice-Presidente da Câmara – A questão da área que o senhor Deputado do Bloco de Esquerda colocou, já não é bem a mesma que foi colocada na comissão, que era a questão se era para fins turísticos ou se era para fins culturais, mas agora colocou uma questão diferente, se tem custos para o município. Custos com o quê, senhor Deputado, não entendo.

Quando se delimita uma Área de intervenção de Reabilitação Urbana prioritária, como é o caso, trata-se de incluir a parte restante de um prédio rústico que não estava incluído para que todo o prédio fique incluído. Não estava incluído, provavelmente terá sido uma gralha.

Agora misturar isso com a declaração de aprovação prévia de uma intenção de uso daquele prédio a recuperar, não faz sentido e nem trás custos ao município. Não se compreende a questão colocada.

Quanto à questão do hospício, essa é uma outra questão. O que estamos a fazer é completar a delimitação da zona de alteração da área de reabilitação urbana de Azeitão, aperfeiçoá-la e toda a propriedade que estava prevista na zona onde está agora localizada o Palácio dos Duques de Aveiro não tem que ver com o hospício.

O hospício não está nesta localidade e não se entende qual é a questão colocada contra o hospício, o hospício tem um valor específico que está dentro da zona central do núcleo urbano de Azeitão, sim ou não. Não foi colocada essa questão, nunca os serviços técnicos colocaram como uma necessidade qualificar como abrangendo a Área de Reabilitação Urbana e não entendo também qual é a questão do hospício.

Quando definimos a zona de delimitação, uma área de reabilitação urbana não podemos andar a fazer isto em pedacinhos, definimos uma área, uma mancha e essa mancha agora está apenas a ser votada com a delimitação da propriedade que inclui o Palácio dos Duques de Aveiro. Independentemente das finalidades daquilo que vier a ser a reabilitação e independentemente dos edifícios que estejam noutras áreas não abrangidas por esta.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

6. Deliberação n.º 35/21 – Proposta n.º 01/2021 – GAF – Aditamento à Proposta 2A/GAF/2017 – Contrato Interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão

Primeiro Secretário da Mesa – A Comissão Permanente emitiu parecer favorável por maioria, com 8 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente sobre esta proposta permita-me tirar a máscara para mostrar a minha satisfação e a minha alegria por causa de um assunto que há 8 anos andávamos a debater.



Dirigindo-me ao Sr. Vice-Presidente quero agradecer-lhe a força que me dava para insistir, porque era o que me dizia, para ir insistindo. Quero agradecer também à Sra. Presidente da Junta de Freguesia, porque bastantes vezes nos debatemos sobre isto e está aqui uma luz ao fundo do túnel, mas lembro que já em 2018 foi dito pela Sra. Presidente da Junta e pela Sra. Presidente da Câmara que esta obra era para ser feita em meados de dezembro, princípios de janeiro. Estamos em 2021 e o atraso também não é assim tanto.

Em meu nome pessoal e em nome dos azeitonenses, que vão ficar todos muito agradecidos e vão todos ficar deveras satisfeitos quando começarem a ver esta obra, porque como é do conhecimento da maior parte das pessoas que esta obra já merecia ter sido feita há mais tempo.

Senhor Deputado do CDS, depois convido-o para depois lá ir fazer um passeio, se não quiser ir a pé que seja de bicicleta para ver a falta que efetivamente esta obra estava a fazer em Azeitão e aos azeitonenses.

Da minha parte estou satisfeitiíssimo. Muito obrigado e até outras ocasiões.

João Viegas (CDS-PP) – Senhor Manuel Esteves explico-lhe a razão da minha abstenção, porque esta proposta tem aqui um custo global na ordem dos duzentos e noventa mil euros e a câmara vai comparticipar a obra em 50 mil euros e é aqui que reside a razão da minha abstenção, porque acho pouco.

O que estamos aqui a analisar não é se a ciclovia faz falta ou se a obra faz falta, não é sobre isso que a proposta nos traz. A proposta que aqui está é uma descentralização de competências e tal como tem acontecido na assembleia, quando discutimos descentralização de competências do Governo para as autarquias, e falamos dos correspondentes envelopes financeiros, então quando estamos a analisar estas questões temos que referir o mesmo e é essa a razão da minha abstenção.

A razão da minha abstenção é que se pede aqui a uma Junta de Freguesia que faça um esforço de 10% do seu orçamento para construir esta obra.

Registe bem isto que vou dizer, a razão da minha abstenção não tem nada a ver com a obra em si, mas com o financiamento que a autarquia poderia e deveria disponibilizar para esta obra, porque os azeitonenses também merecem.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Fico muito satisfeita pela obra de Azeitão suscitar esta onda de alegria na assembleia.

Em primeiro lugar, o senhor Deputado Manuel Esteves, o meu amigo sabe perfeitamente que a Junta de Freguesia estava disponível para assumir quase a totalidade da obra há muito tempo. Também sabe porque é que não foi em 2019 e não foi em 2020, porque as Infraestruturas de Portugal (antiga Estradas de Portugal) só em finais de 2020 é que deu os pareceres definitivos.

Também é bom de dizer que esta obra não competia, nem à Junta de Freguesia e nem à Câmara Municipal, mas sim à Infraestruturas de Portugal e o IP nada fez, como efetivamente, ao longo de todo este tempo, travou que a obra fosse feita. Há muito pouco tempo que deu o parecer definitivo e antes da obra começar as Águas do Sado vão ali fazer uma intervenção por causa das águas que atravessam a estrada e também essa pequena intervenção teve quase um ano à espera desse parecer do IP. Esta foi a realidade.

A obra vai ser feita, se não foi hoje será na segunda-feira que entrará na plataforma de concurso público. O importante é que a obra se concretize, porque é uma obra muito necessária ali na estrada 379.

Acresce que a alegria aqui deve ser na concretização da obra e não se a câmara dá 50 mil ou se dá 100 mil. A câmara deu 50 mil, porque foi aquilo que a Junta de Freguesia disse que precisava. A Junta de Freguesia já em 2020 tinha grande parte do dinheiro para aquela obra que passou em orçamento para este ano, porque o guardou e porque estava a contar ainda executá-la.

A câmara além dos 50 mil, ainda dá o pavet e o lancil, julgo que foi uma parceria perfeita e a Junta de Freguesia tem muito orgulho em se esforçar para arranjar o dinheiro para esta obra e os azeitonenses ficam a ganhar, merecem e é por isso que efetivamente lutamos todos.

A Junta de Freguesia e a Câmara Municipal só têm que fazer parcerias e cada um dá aquilo que entende e aquilo que pode, desde que seja sempre para bem dos munícipes e no caso concreto para bem dos azeitonenses, mais concretamente para a aldeia do senhor Manuel Jorge. Muito obrigada.

Vice-Presidente da Câmara – Agora fica aqui um dilema terrível, é que não sabemos o que chamar aquela ciclovia, se ciclovia Manuel Jorge ou ciclovia Celestina Neves, porque o deputado Manuel Jorge tem reclamado insistentemente, mas não deu um centavo, a Junta de Freguesia sem reclamar deu muito dinheiro para aquela obra. Como é que se vai chamar é que é o dilema. Provavelmente deixamos isso para o próximo mandato e os eleitos da assembleia e da câmara que decidam.

Esta insistência, esta teimosia e esta disponibilidade da junta que está aqui enquadrada no âmbito dos contratos interadministrativos da descentralização de competências, mas é propriamente a disponibilidade da junta em dispor de meios financeiros para concretizar uma obra que acha que é útil para os munícipes, para os fregueses e para os habitantes da sua freguesia. É um esforço muito grande, os 50 mil acabam quase por ser simbólicos e é evidente que a câmara irá dar matérias primas, materiais, mão de obra, dar um apor e dar mais algum contributo que poderá ser também valorizado e o concurso irá ser lançado pela junta.

Este esforço poderá ainda ser recompensado, porque aquele troço de ciclovia que irá, mais tarde, até ao concelho de Sesimbra e do Barreiro, que está integrado nas candidaturas de Portugal 2020. Poderemos ter a oportunidade, mesmo avançando já, que o grau de maturidade destes projetos é relevante para o financiamento e podemos ter ainda a sorte de esta iniciativa ter alguma compensação por vir a ser financiada pelo Portugal 2020 na definição de toda a ciclovia que está no âmbito de todo o concelho de Setúbal, não é só em Azeitão.

Este avanço pode propiciar também esta situação na comparticipação financeira que Portugal 2020 venha a dar e que está projetado.

De facto, Azeitão avançando, tomando a dianteira ganha para os azeitonenses. Parabéns ao senhor Deputado Manuel Jorge, parabéns à Sra. Presidente da Junta e à Junta de Freguesia de Azeitão, que são de facto os motores desta iniciativa.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 18 da CDU, 8 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e uma abstenção do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e seis de fevereiro, de dois mil e vinte e um.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e oito de abril dois mil e vinte e um, contém quarenta e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa